

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIO ECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MIRIAM JACQUES SCHMIDT**

**POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A FOME E A POBREZA:  
O OLHAR DO ASSISTENTE SOCIAL**

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2008/2**

**MIRIAM JACQUES SCHMIDT**

**POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A FOME E A POBREZA: O OLHAR DO  
ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social.

Prof<sup>ª</sup> Orientadora: Msc. Iliane Kohler

**FLORIANÓPOLIS/SC**

**2008/2**

MIRIAM JACQUES SCHMIDT

**POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A FOME E A POBREZA: O OLHAR DO  
ASSISTENTE SOCIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, e aprovado na sua forma final, atendendo as normas vigentes no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Iliane Kohler, MSc.  
Departamento de Serviço Social, UFSC  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Izabel Silva, MSc.  
Departamento de Serviço Social, UFSC  
1<sup>a</sup> Examinadora

---

Jairo Afonso Henkes, MSc.  
Diretor Técnico do CEASA São José/SC  
2<sup>o</sup> Examinador

**FLORIANÓPOLIS**

**2008/2**



***“O QUADRO DE DESIGUALDADE PERMANECE QUASE COMO UMA PINTURA NA PAREDE, QUE TODOS OLHAM , TODOS SE ESPANTAM, TODOS CRITICAM, MAS PERMANECE LÁ, IMÓVEL INALTERADO”.***

(IVANETE BOSCHETTI)

## RESUMO

SCHMIDT, Miriam Jacques, **Políticas sociais de combate a Fome e a Pobreza: o olhar do assistente social**. 60 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

Este trabalho busca discutir a questão da Fome e da Pobreza na relação com as políticas sociais adotadas para o enfrentamento da questão, bem como suas causas e conseqüências. Buscou-se discorrer sobre um período histórico determinado no intuito de identificar os avanços alcançados no que diz respeito a solução da problemática. Entre os caminhos encontrados para enfrentar o problema da Fome encontram-se as ações desenvolvidas no combate ao desperdício de alimentos, assunto tão grave quanto a Fome. Relata-se a experiência da Associação Instituto Nutrir desenvolvida junto a população da região da grande Florianópolis. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica e no relato descritivo da experiência de intervenção profissional realizada no estágio supervisionado. Foram pesquisados dados numéricos em relação a questão da Fome em documentos produzidos por órgãos competentes como a FAO, IBGE e o Relatório de Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio, todos disponibilizados eletronicamente. A partir das informações coletadas foi possível visualizar o que vem sendo feito no sentido do combate à Fome e o que ainda está por fazer.

**Palavras-chave:** Fome, Pobreza, Políticas Sociais, atuação profissional do Assistente Social.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Proporção da população em situação de subnutrição.....	14
Gráfico 2	Insegurança alimentar grave.....	
Gráfico 3	Segurança alimentar x rendimento domiciliar per capita.....	
Gráfico 4	Evolução da pobreza extrema no Brasil .....	
Gráfico 5	Evolução do número de pessoas em pobreza extrema no Brasil.....	
Gráfico 6	Participação dos 20% mais ricos na renda nacional .....	
Gráfico 7	Participação dos 20% mais pobres na renda nacional.....	
Gráfico 8	Gráfico 8 – Participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais ricos na renda nacional.....	
Gráfico 9	Participação dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres brancos, pretos ou pardos na renda nacional .....	
Gráfico 10	Evolução da pobreza extrema segundo área de residência - 1990 a 2005....	
Gráfico 11	Evolução da pobreza extrema por região .....	
Gráfico 12	Volume de alimentos recolhidos no período 2004-2007.....	
Gráfico 13	Origem das famílias cadastradas .....	
Gráfico 14	Entidades atendidas pela Associação Instituto Nutrir .....	

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>1 FOME E POBREZA: uma aproximação conceitual</b> .....	10
<b>2 A FOME COMO FENÔMENO SOCIAL MUNDIAL: estatísticas da FAO, IBGE e do Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio 2007</b> .....	13
2.1 Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	13
2.2 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	14
2.3 Dados do Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio (2007).....	18
2.4 Síntese das informações apresentadas.....	25
<b>3 POLITICAS SOCIAIS DE COMBATE A FOME E A POBREZA</b> .....	27
3.1 Políticas internacionais de combate a Fome .....	29
3.2 Políticas nacionais de combate a Fome .....	33
<b>4 O DESPERDÍCIO E SEUS DESAFIOS: relatos da experiência profissional na Associação Instituto Nutrir</b> .....	39
4.1 A Associação Instituto Nutrir: objetivos e ações.....	40
4.2. Políticas sociais, voluntariado e o olhar do Serviço Social.....	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	
<b>ANEXOS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

*“A fome não age somente no corpo do indivíduo, mas atua também sobre seu espírito, sua estrutura mental e sua conduta”. (Josué de Castro)*

A epígrafe acima expressa em poucas palavras as razões de realizar um Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social tendo a Fome como tema principal, suas causas e conseqüências. Tal proposição vai ao encontro do Projeto Ético–Político do Serviço Social no Brasil, centrado nos valores da liberdade, e na defesa intransigente dos Direitos Humanos.

Um dos estudiosos do tema em questão foi Josué Apolônio de Castro que dedicou parte de sua vida pesquisando o fenômeno da Fome e suas conseqüências. Nascido em Pernambuco em 1908, Castro foi pioneiro em pautar a Fome no mundo. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreveu quase 30 livros e mais de 350 artigos, ensaios e conferências, traduzidos para 25 idiomas. Foi o primeiro pesquisador a mostrar a Fome como uma questão política. Seus pensamentos e suas obras são inspiradores da atual Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foi durante a realização do estágio curricular em Serviço Social realizado na ONG Associação Instituto Nutrir que a temática da Fome despertou interesse de pesquisa. O Instituto Nutrir tem como objetivo combater o desperdício de alimentos. Desse modo, distribui alimentos, antes descartados, à famílias que, por estarem desempregadas ou sem renda suficiente para suprirem suas necessidades diárias, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A ONG Associação Instituto Nutrir, localizada dentro do espaço físico da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA), no município de São José, é organizada por voluntários que preocupados com a quantidade de alimentos não aproveitados, reuniram-se e passaram a recolhê-los, para, posteriormente, fazer a distribuição às famílias.

No período de estágio curricular, o qual se caracterizou pela reflexão e pela práxis, acompanhou-se a rotina de crianças, jovens, adultos e idosos na busca por alimentos. Observaram-se muitos casos em que o alimento recebido era o que tinham para comer naquele dia. Constantemente, as pessoas atendidas manifestam um sentimento de gratidão que se confunde com uma cidadania do não direito, que não lhes permite ver que a



alimentação é um direito constitucional e não um favor a ser concedido por benevolência. Os cidadãos atendidos referiam-se aos voluntários como pessoas muito bondosas, que gostam de ajudar o próximo. Não cabe avaliar o mérito da bondade ou da caridade dessas pessoas, contudo, há que se considerar o quanto essas ações contribuem para a cidadania. Conforme afirma Santos (2004, p.129), “faz-se necessário diferenciar a cidadania pela qual lutamos enquanto categoria profissional destes indiferenciados conceitos onde tudo é cidadania”.

Maria Herlinda Borges Olivia (1989, p.150) descreve o estágio curricular como um “momento de estudo, reflexão do fazer e pensamento da prática social, ou seja, uma forma de apropriação de elementos de crítica e descobertas sobre as questões presentes na dinâmica da sociedade”.

A observação realizada ao longo do estágio curricular e a reflexão propiciada pelo embasamento teórico-metodológico somam-se ao fato de a cidadania ser uma categoria do Projeto Ético-Político do Assistente Social. A partir dessas reflexões e experiência vivenciada, surgiu a problemática deste estudo sobre a Fome e as Políticas Sociais adotadas para o enfrentamento do problema.

A pesquisa realizada caracteriza-se como bibliográfica. Trabalharam-se dados históricos levantados a partir de 1932. Realizou-se a busca bibliográfica em livros disponíveis na biblioteca universitária, artigos, relatórios e textos localizados por sistemas de busca na *internet* e documentos oficiais produzidos por órgãos e instituições públicas. Foram consultadas as páginas eletrônicas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A partir das informações coletadas foi possível visualizar o que vem sendo feito no combate à Fome e o que está por fazer.

Pesquisou-se também sobre a criação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além da Declaração dos Direitos Humanos e a Aliança para o Progresso. Quanto aos marcos nacionais, foram consultados dados e informações a respeito da criação do Salário Mínimo, o Programa de Merenda Escolar, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Cabe destacar que a Fome aqui mencionada não é aquela sentida por causa de distúrbios orgânicos, tampouco é decorrente de cataclismo causado por fenômenos da

natureza, guerras, etc. A Fome ora tratada é aquela enfrentada por milhões de pessoas, a fome crônica, que, por falta de recursos financeiros, não conseguem o necessário em alimentação para si ou para sua família, podendo assim ter seu desenvolvimento físico e cognitivo comprometido.

Pesquisas realizadas por Belik (2008); FAO e IBGE mostram que a Fome tem sua causa não na falta de alimentos para todos, mas na sua má distribuição e no desperdício. Também, não se pode desconsiderar o desemprego porque é por intermédio do emprego que a grande maioria da população consegue recursos para obter alimentos. Desse modo, não se pode deixar de relacionar a Fome à pobreza. Embora nem todos os pobres passem Fome, diversas pesquisas (Monteiro (1995); Castro (1966); Tubino (2003)) mostram que os que passam Fome são pobres.

O presente trabalho pretende descrever algumas ações que vem sendo desenvolvidas ao longo das últimas décadas no combate à Fome e suas mazelas. Para tanto inicia-se com a análise do estudo realizado por Josué de Castro, em 1932, denominado “As condições de vida das classes operárias do Recife”, o qual foi um marco na história das políticas de Combate à Fome no país e resultou na criação do salário mínimo, cujo objetivo era satisfazer os trabalhadores em suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Na sequência aborda-se o debate sobre a Fome ao longo das décadas seguintes até a criação do Programa Fome Zero, estabelecido na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva a partir de 2003. Neste contexto são consideradas as Políticas Sociais e as leis que dispõem sobre a atual Política de Segurança Alimentar e Nutricional como lócus da luta social pela distribuição das riquezas socialmente acumuladas, buscando-se alterações do cenário da desigualdade social.

Na relação da temática em estudo com a experiência profissional vivenciada no estágio curricular apresenta-se o relato das ações desenvolvidas na ONG Associação Instituto Nutrir. São descritos os objetivos institucionais e visualiza-se como, em pouco tempo, conseguiu-se fazer frente ao desperdício de alimentos. Discute-se, também, a ação e o trabalho dos voluntários.

A Fome torna-se objeto de interesse do Serviço Social à medida que a questão social e as suas múltiplas expressões são indissociáveis da forma de organização da sociedade capitalista, que desenvolve as forças produtivas e, na contrapartida, aprofunda as relações de desigualdade, de miséria e de pobreza. A questão social expressa os conflitos existentes na sociedade e é nesta tensão que atua o Assistente Social.

## **1 FOME E POBREZA: uma aproximação conceitual**

A pobreza e a Fome afetam milhares de pessoas no mundo. Para que possamos ter compreensão do que é a Fome e a relação dela com a pobreza, buscando, assim, uma definição, foi necessário nos reportarmos a autores que tem desenvolvido trabalhos nesse sentido.

José Tubino, representante da FAO no Brasil, buscando definir o que é a Fome e suas conseqüências, citou, em um de seus artigos, o que foi definido por Fome Crônica na Reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, que contou com participação de 186 países membros da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Nessa reunião ficou definido que

Fome Crônica é um obstáculo para eliminar a pobreza já que leva a um ciclo de doenças, falta de desenvolvimento biológico e mental e, com conseqüência, o baixo rendimento escolar, baixa produtividade no trabalho e pobreza. (TUBINO, 2003, p.259).

O autor faz referencia também aos efeitos da desnutrição crônica, particularmente nocivos às mães grávidas e às crianças menores de seis anos, quando acontece o ciclo de maior desenvolvimento do cérebro e outros órgãos vitais.

Para José Graziano da Silva, representante da FAO para a America Latina e o Caribe, Fome e Pobreza são conceitos distintos, mas carregam em si uma forte relação manifesta na máxima de que a dificuldade para adquirir alimentos está relacionada à falta de renda.

Segundo Silva (2003) é fundamental entender que a Fome, além de ser uma conseqüência da pobreza, é, também sua causa. O autor argumenta que uma criança com fome pode até ir à escola, mas não aprende e que essa situação é ainda pior no caso da primeira infância.

Se uma criança não tiver alimentação adequada até os seis anos de idade, terá sua capacidade de aprendizado comprometida por toda a vida. Mães em situação de vulnerabilidade alimentar não conseguem amamentar. O mesmo acontece com o trabalhador que, vivenciando essa situação, não consegue trabalhar (SILVA, 2003, p.53).

Sob essa lógica, Silva (2003) analisa a Fome como a face mais cruel da desigualdade e da pobreza. Seus estudos permitem afirmar que a dificuldade de acesso à alimentação está relacionada à falta de renda, que está diretamente relacionada ao elevado nível de desemprego.

Nessa perspectiva, Carlos Augusto Monteiro realizou estudo com o objetivo de comparar a extensão de três problemas graves: a pobreza, a fome e a desnutrição. Segundo o autor:

Pobres são pessoas que não têm supridas suas necessidades de comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, entre outros.  
Fome é a situação em que vivem aquelas pessoas cuja alimentação diária não supre suas necessidades diárias de energia para manutenção do organismo e para o exercício das atividades.  
Desnutrição é a situação em que o organismo manifesta sinais clínicos provenientes da inadequada quantidade ou qualidade dos alimentos.  
(MONTEIRO, 1995, p.2).

Monteiro (1995) utiliza-se do exemplo descrito a seguir para melhor diferenciar Fome, Pobreza e Desnutrição:

um indivíduo, ou toda uma sociedade, poderá estar livre da fome e ainda assim ser pobre, bastando que sua pobreza se expresse através do não-acesso à educação e a cuidados de saúde, de condições insalubres de moradia ou através de outras carências materiais igualmente importantes. A situação inversa, ocorrência de fome na ausência de uma situação de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente e sempre por tempo determinado, como por ocasião de guerras, cercos e cataclismos (MONTEIRO, 1995, p.3).

O autor destaca que Fome e Desnutrição tampouco são conceitos equivalentes, uma vez que, “se toda fome leva obrigatoriamente à desnutrição, nem toda desnutrição se origina da deficiência energética das dietas” (MONTEIRO, 1995, p.1).

Josué de Castro em uma de suas obras, O Livro Negro da Fome, afirma “que a história da humanidade pode ser escrita em função das dietas alimentares”. Continua sua tese afirmando que “a iniciativa, o progresso, o êxito e a felicidade do homem tendem a ser paralelos a sua disponibilidade de alimentos e ao seu tipo de dieta” (CASTRO, 1966, p.16)

Para Castro, a Fome crônica em que vive uma grande porcentagem da população do mundo por causa do pauperismo e da miséria econômica “é a causa da fraqueza e do desgaste biológico que inferiorizam, de maneira tão alarmante, esses grupos mais pobres em comparação com os grupos ricos, bem alimentados e saudáveis”. Na concepção do autor, “a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas

defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem” (CASTRO, 1966 p.16).

A seguir são apresentados dados estatísticos que revelam os números da Fome, o decréscimo nos percentuais e o quanto ainda precisa ser feito para a solução desse problema. As informações aqui trabalhadas foram obtidas nos endereços eletrônicos da FAO, do IBGE, e do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 2007.

## **2 A FOME COMO FENOMENO SOCIAL MUNDIAL: estatísticas da FAO, IBGE e do Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio (2007)**

Para mensurar a questão da fome, e assim conhecermos sua intensidade, fez-se necessário pesquisar diversas fontes de informações. Primeiramente o mapa da Fome elaborado pela Organização das Nações Unidas Para Alimentação (FAO), em seguida, foi realizada pesquisa nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Segurança Alimentar (2004), e, na seqüência, foi pesquisado o Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio (2007), publicado pela Presidência da República e elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

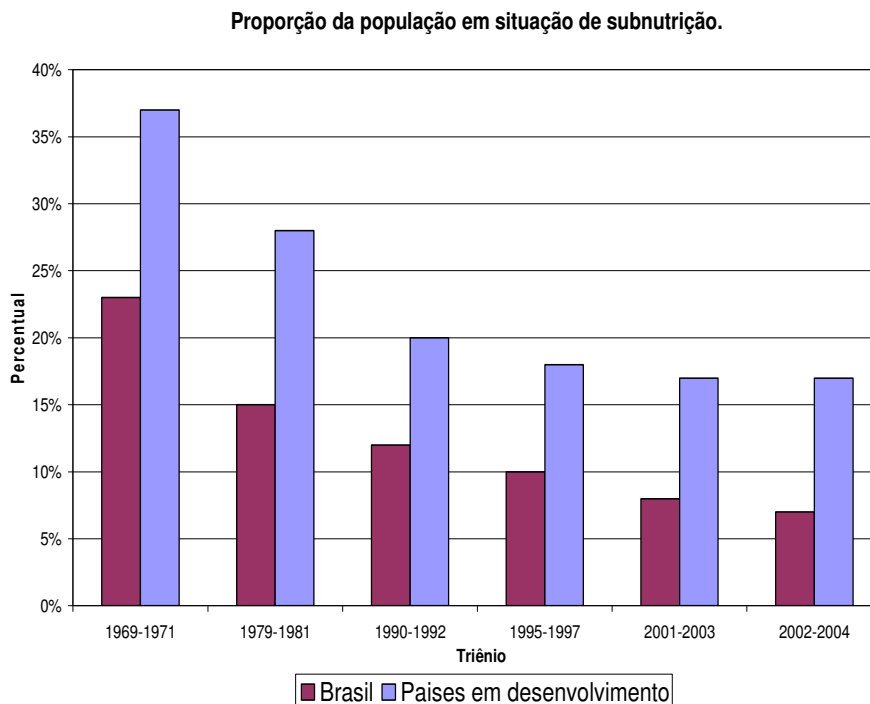
Com todas essas informações é possível fazer uma comparação dos resultados, analisando-se, assim os índices iniciais e os patamares de hoje. Podemos visualizar o que já foi feito no combate à Fome e o quanto ainda é necessário ser feito para acabar com essa tragédia.

### **2.1 Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)**

O primeiro gráfico apresentado a seguir contém informações que foram obtidas na página eletrônica das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e mostra a proporção da população em situação de subnutrição. Subnutrida é a pessoa que não consome, por falta de alimento, as energias mínimas necessárias para poder levar uma vida saudável. A FAO fala de pessoas subnutridas por falta de alimentos, não de subnutrição por algum distúrbio orgânico em absorver as energias dos alimentos.

Os dados demonstrados no gráfico correspondem aos continentes em desenvolvimento como Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, Meio Oriente, África do Norte, e África Subsaariana em comparação ao Brasil.

Gráfico 1- Proporção da população em situação de subnutrição



Fonte: Mapa da Fome, FAO (2007)

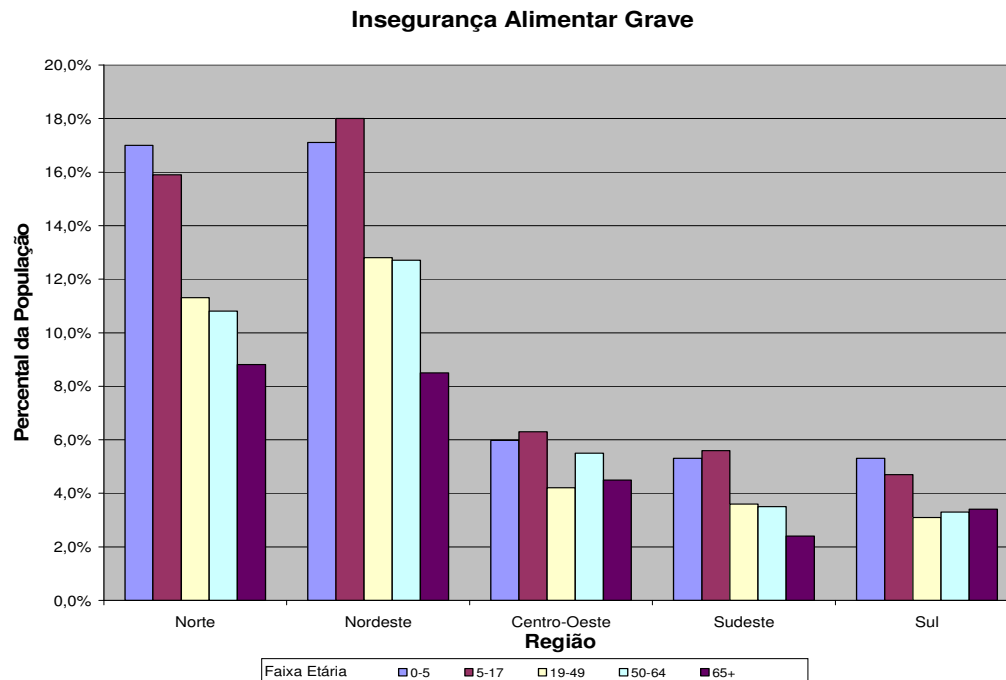
Pode-se observar uma melhora na condição de subnutrição no triênio que compreende o período entre 1969 e 1971. No Brasil, eram 23% da população em situação de subnutrição, isto é, com fome. Nesses mesmos anos, os países em desenvolvimento tinham um índice de subnutrição de 37%. Trinta anos depois no triênio compreendido entre 2002 e 2004, esses índices passaram de 23% para 7% e de 37% para 17%, respectivamente. O Brasil, em 2004, tinha uma população de 181.581.024 habitantes, 7% representa 12.710.672 habitantes.

## 2.2 - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O gráfico apresentado em seguida contém dados das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), obtidos a partir de pesquisa realizada em 2004. Inicialmente, destacamos a região norte, que apresenta um elevado índice de insegurança alimentar. Com uma população total de 14.373.260 habitantes, 17% das crianças com menos de 6 anos de idade vivem em situação de insegurança alimentar grave, ou seja,

conviveram com a fome, “em quase todos os dia”, “em alguns dias” ou “em um ou dois dias”. Já na região nordeste, com uma população de 50.427.274, quem mais sofre com a insegurança alimentar grave são as pessoas na faixa etária entre 5 e 17 anos (18%). Na faixa etária de 65 anos idade ou mais, esse índice cai quase à metade (9%).

Gráfico 2 – Insegurança alimentar grave por região no Brasil



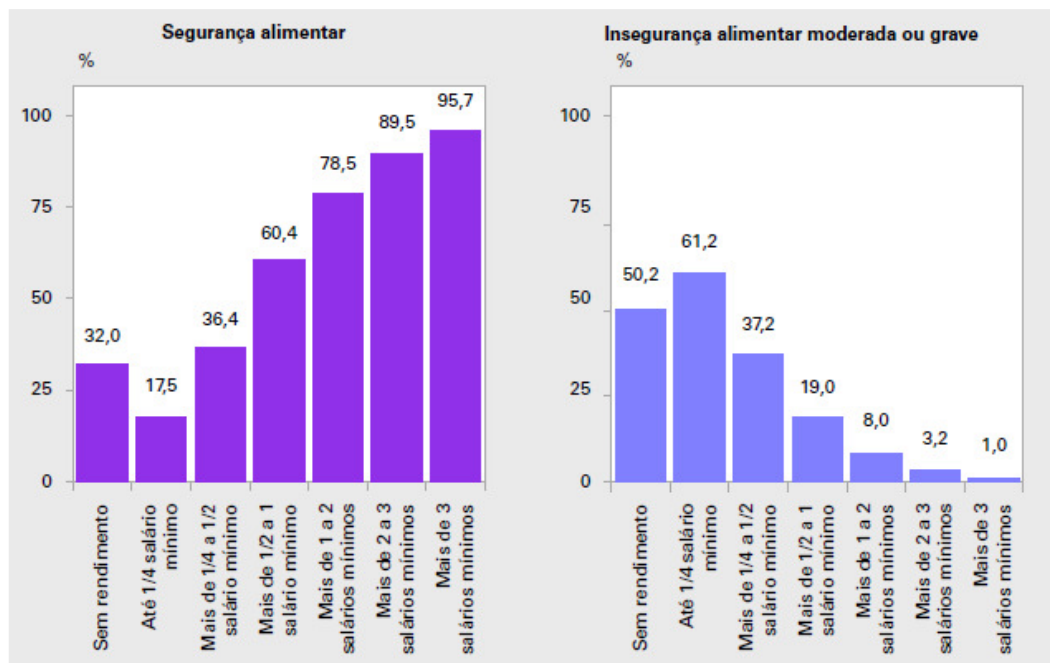
Fonte: IBGE, 2004

O IBGE, quando fala de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, refere-se a pessoas que convivem com a fome, diariamente.

Ao analisarmos a pesquisa realizada pelo IBGE observa-se que em todas as regiões, são as crianças as que mais sofrem com a falta de alimentos, mesmo na região sul, onde o índice de segurança alimentar é maior.



Gráfico 3- Segurança alimentar x rendimento domiciliar per capita



Fonte: IBGE, 2004

O gráfico acima mostra a segurança alimentar e o rendimento domiciliar per capita.

No ano de 2004, quando foi realizada essa pesquisa, a população brasileira, de acordo com o IBGE, era de 181.581.581.024 habitantes. Diversos estudos no Brasil e em outros países mostram a forte associação entre rendimento, consumo de alimentos e estado nutricional, destacando-se aqui a associação da renda com a segurança alimentar.

Segundo o IBGE, a disponibilidade de um método e de um instrumento de medida direta da segurança alimentar no âmbito familiar permitiu estimativas da magnitude da segurança alimentar e sua associação com os rendimentos das populações estudadas.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 mostram a magnitude dessa associação no Brasil, tanto em áreas urbanas quanto rurais, e, também, nas grandes regiões do país. Enquanto a segurança alimentar, no Brasil, em 2004, estava presente, em termos médios, em 65,2% dos domicílios, ela ocorria em apenas 17,5% daqueles com rendimento domiciliar mensal per capita de até ¼ do salário mínimo. Nessa faixa de baixo rendimento, a insegurança alimentar moderada ou grave atingia 61,2% dos domicílios, enquanto naqueles de rendimento mensal domiciliar per capita de mais de três salários mínimos era de apenas 1%.

Esses índices mostram como a renda determina a segurança ou a insegurança alimentar. Diante disso, fica claro que o desemprego ou o subemprego contribui para a condição de Fome.

Segundo o IBGE existem alguns fatores que identificam um domicílio com insegurança alimentar grave, convivendo com a Fome. Entre eles destacam-se os seguintes:

- 1- um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham fossem durar até a possibilidade de comprar ou receber mais comida;
  - 2- a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos;
  - 3- algum morador deixou de ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida;
  - 4- os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou;
  - 5- algum morador diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida;
  - 6- algum morador comeu menos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida;
  - 7- algum morador sentiu Fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida;
  - 8- algum morador perdeu peso (ou seja, foi percebido emagrecimento, mesmo que a perda de peso não tenha sido expressiva ou mensurada em balança), porque não comeu quantidade suficiente devido à falta de dinheiro para comprar comida;
  - 9- algum morador fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida;
  - 10- algum morador teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída, porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida.
- (IBGE, 2004, p. 6).

Os fatores acima constituem-se fundamentos para deciframos, no campo das ações profissionais do assistente social, os mecanismos de produção e de reprodução da Fome como uma das expressões da questão social.

A metodologia usada pelo IBGE para detectar insegurança alimentar permitiu, também, detectar e dimensionar, no País, os problemas de insegurança alimentar e de sua manifestação mais severa - a Fome.

Em muitos países é comprovado que o rendimento domiciliar ou outros indicadores indiretos são insuficientes para identificar populações sob risco de insegurança alimentar, o que levou o IBGE a desenvolver uma escala nos moldes da escala de medida direta de insegurança alimentar e Fome utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Esse instrumento de avaliação de segurança alimentar e nutricional em

nível domiciliar é adequado para elaborar diagnóstico da condição de segurança alimentar e indicar populações sob maior risco de insegurança, servindo, também, para observar o impacto de políticas públicas sobre a condição de acesso da população à alimentação adequada.

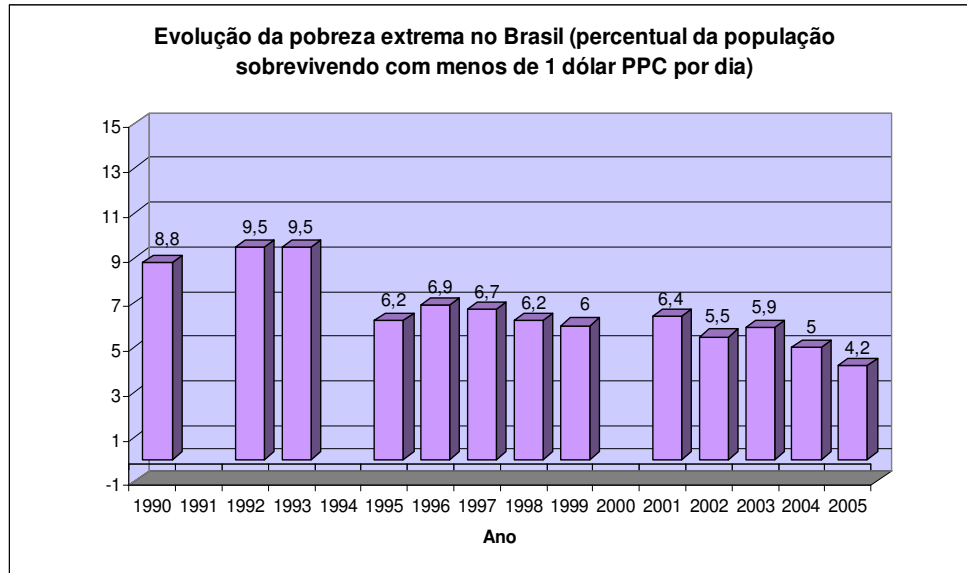
Ainda, segundo o estudo do IBGE, as incidências mais graves de insuficiência alimentar ocorrem em domicílios com mais de sete moradores, que têm mulheres com chefes de família garantindo a sobrevivência de crianças e de adolescentes com até 18 anos. Na região sudeste, por exemplo, foram classificados em situação de segurança alimentar 80,4% dos domicílios sem moradores menores de 18 anos. Esse índice cai para 66,8% nos domicílios onde há pelo menos um morador menor de 18 anos. Dentre os estados da região sul, Santa Catarina é mais bem situado em termos alimentares. Segundo a pesquisa, 16,5% dos domicílios com insegurança alimentar e 2% com insegurança alimentar grave.

### **2.3 Dados do Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio (2007).**

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, publicado pela Presidência da República no ano de 2007, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, traz dados nos quais é possível visualizar uma melhora na condição de vida das pessoas, esse relatório chama atenção para o fato de que a pobreza e a miséria continuam em queda e também para o fato de que a desigualdade teve uma razoável redução.

A pesquisa mostra que o Brasil já ultrapassou a meta de reduzir pela metade a proporção da população que vive com renda inferior a um dólar, medido pela paridade do poder de compra por dia. Enquanto que em 1990 8,8% dos brasileiros viviam na pobreza extrema, em 2005, o percentual caiu para 4,2%, o que representa um resultado superior ao estabelecido pela ONU.

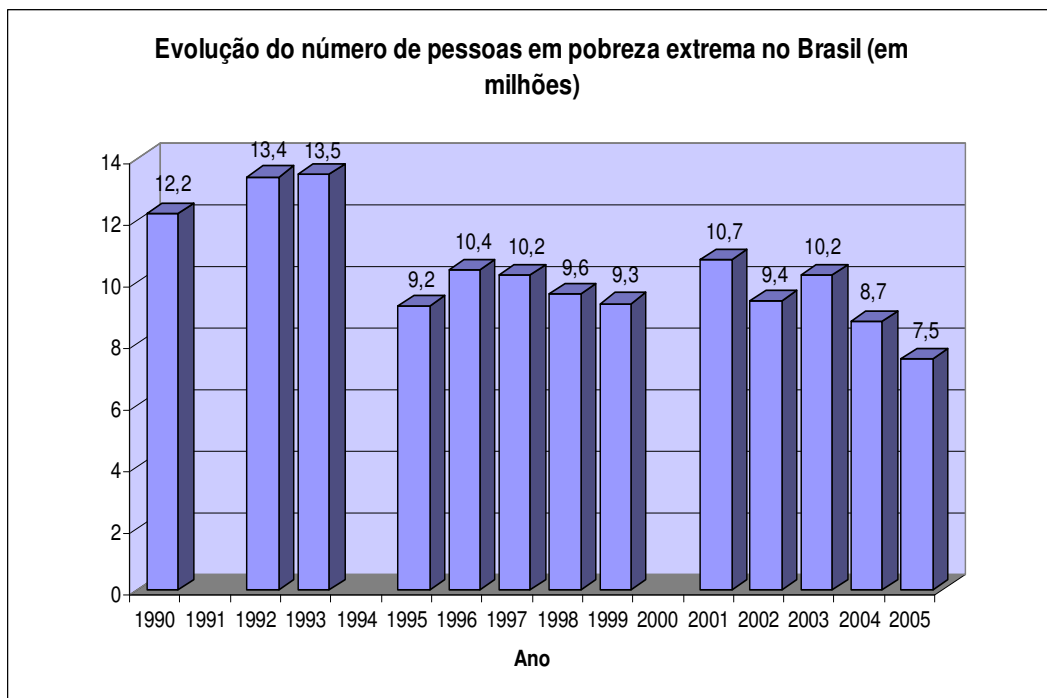
Gráfico 4 – Evolução da pobreza extrema no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

De acordo com os dados, em termos absolutos, 4,7 milhões de pessoas deixaram a condição de extrema pobreza entre 1990 e 2005, embora cerca de 7,5 milhões ainda tenham renda domiciliar per capita inferior a um dólar.

Gráfico 5- Evolução do número de pessoas em pobreza extrema no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

Os gráficos 4 e 5 mostram a evolução do número de pessoas em pobreza extrema. Considerando os mesmos patamares, o Gráfico 4 mostra a evolução em percentuais, enquanto o gráfico 5 mostra em números absolutos.

Segundo informações do IBGE, no Brasil, tem sido utilizado como parâmetro o valor de um quarto do salário mínimo de renda per capita por mês para dimensionar a extrema pobreza e meio salário mínimo de renda per capita por mês para dimensionar a pobreza. Em 2005, esses rendimentos equivaliam, respectivamente, a R\$ 89,60 e R\$ 179,21. Considerando tais patamares, a pobreza extrema caiu de 28% para 16% da população entre 1990 e 2005, enquanto a pobreza recuou de 52% para 38% no mesmo período.

Considerando ainda as informações obtidas junto ao IBGE, qualquer que seja o valor utilizado, as taxas de extrema pobreza seguem uma tendência de queda no Brasil. Entre 1993 e 1995, a queda foi de 3,3 pontos percentuais, e, observando o gráfico, nota-se que a pobreza extrema voltou a subir em 2001, quando a proporção de brasileiros que viviam com menos de um dólar por dia era superior à verificada em 1995. Em 2002 observa-se uma queda na taxa seguida de nova elevação em 2003.

Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (2007)<sup>1</sup>, a trajetória de queda foi retomada em 2004 e 2005 devido à política de aumentos reais do salário mínimo, que se reflete também no valor dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa de transferência de renda voltado a deficientes e idosos pobres.

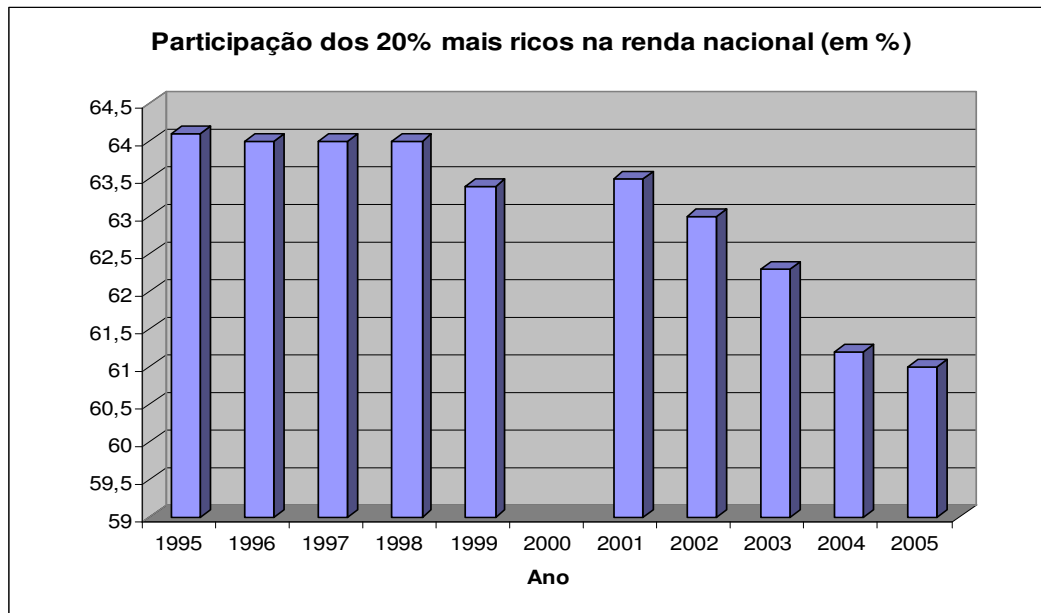
As informações do IBGE são de que a manutenção desse ritmo de queda observado nos últimos anos, entretanto, continua dependendo do crescimento da renda, do fortalecimento das políticas sociais e da diminuição da desigualdade, como ocorreu em 2004 e 2005. Se permanecer a atual tendência, entre 2007 e 2008, o contingente da população em pobreza extrema será de 2,2%.

Outros indicadores de desigualdade de renda apontam para o mesmo quadro. A parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres aumentou de 2,3% em 1995 para 2,9% em 2005. Já a proporção detida pelos 20% mais ricos caiu de 64% em 1995 para 61% em 2005.

---

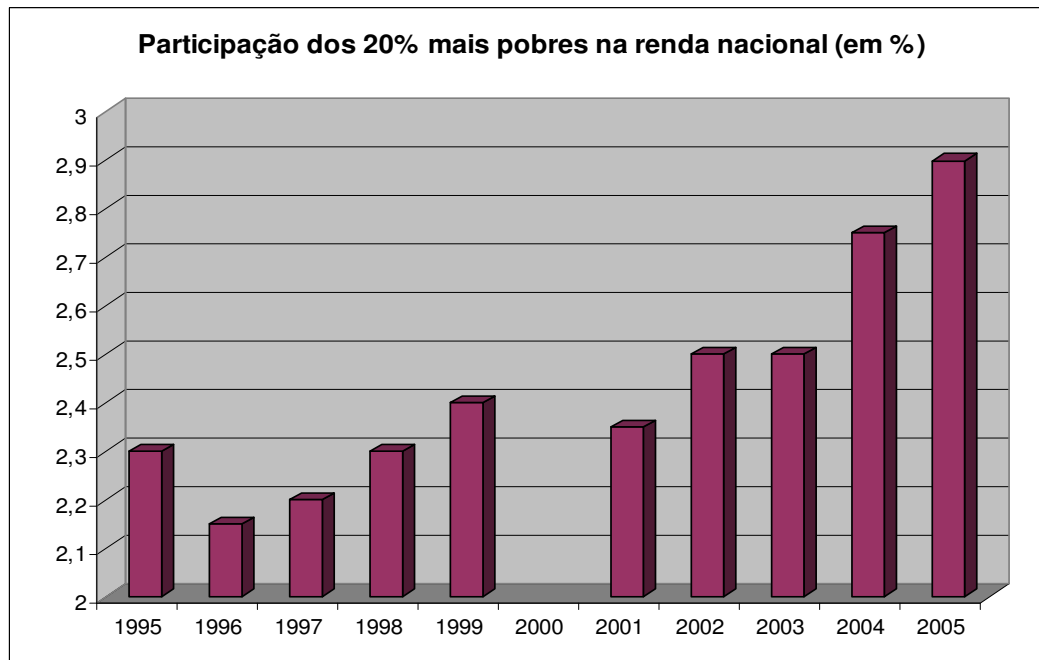
<sup>1</sup> De acordo com o documento, os objetivos do milênio são: acabar com a Fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a AIDS, a malária e outras doenças, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Gráfico 6 – Participação dos 20% mais ricos na renda nacional



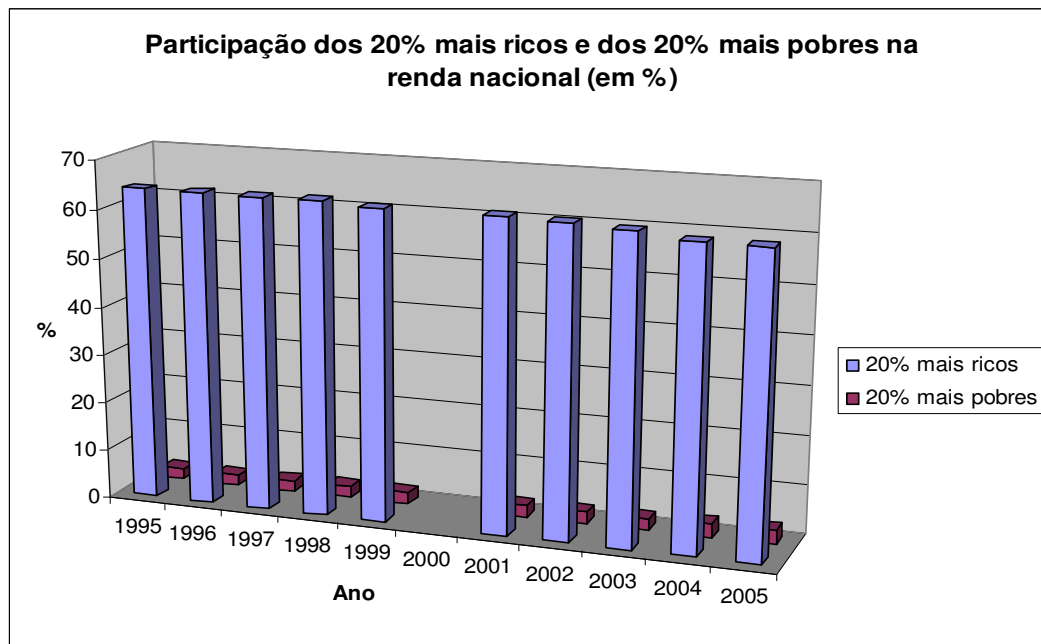
Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

Gráfico 7 – Participação dos 20% mais pobres na renda nacional



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

Gráfico 8 – Participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres na renda nacional

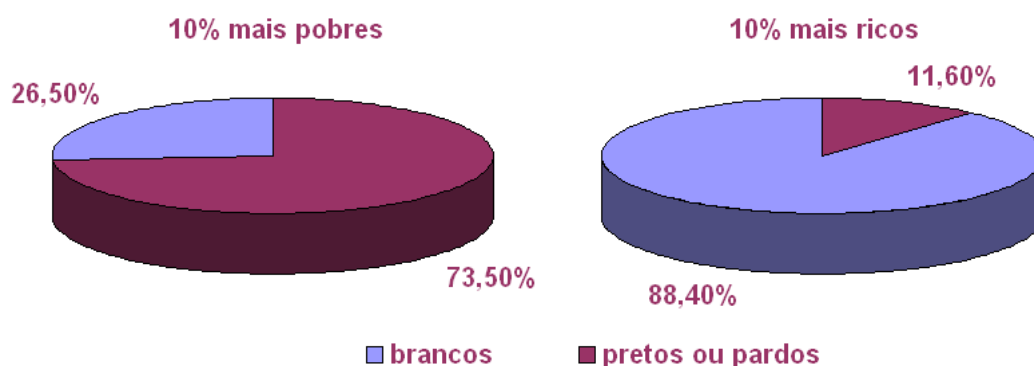


Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

O gráfico nº 8 foi feito com as mesmas informações do gráfico 6 e 7, sendo que os percentuais foram inseridos juntos, para podermos avaliar a diferença. Fazendo uma comparação bem apurada, podemos notar que a evolução dos 20% mais pobres foi bem pequena.

Apesar dos avanços, a pobreza ainda tem cor no Brasil. A distribuição da extrema pobreza chegou a ser três vezes maior entre pretos e pardos que entre brancos. Conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, em 1993, 15% dos integrantes do primeiro grupo estavam abaixo da linha de pobreza extrema contra 4,9% dos brancos. Já, em 2005, essas proporções foram de 6,0% e 2,5%, respectivamente, indicando um ritmo de melhora entre pretos e pardos superior ao verificado entre brancos.

Gráfico 9 – Participação dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres brancos, pretos ou pardos



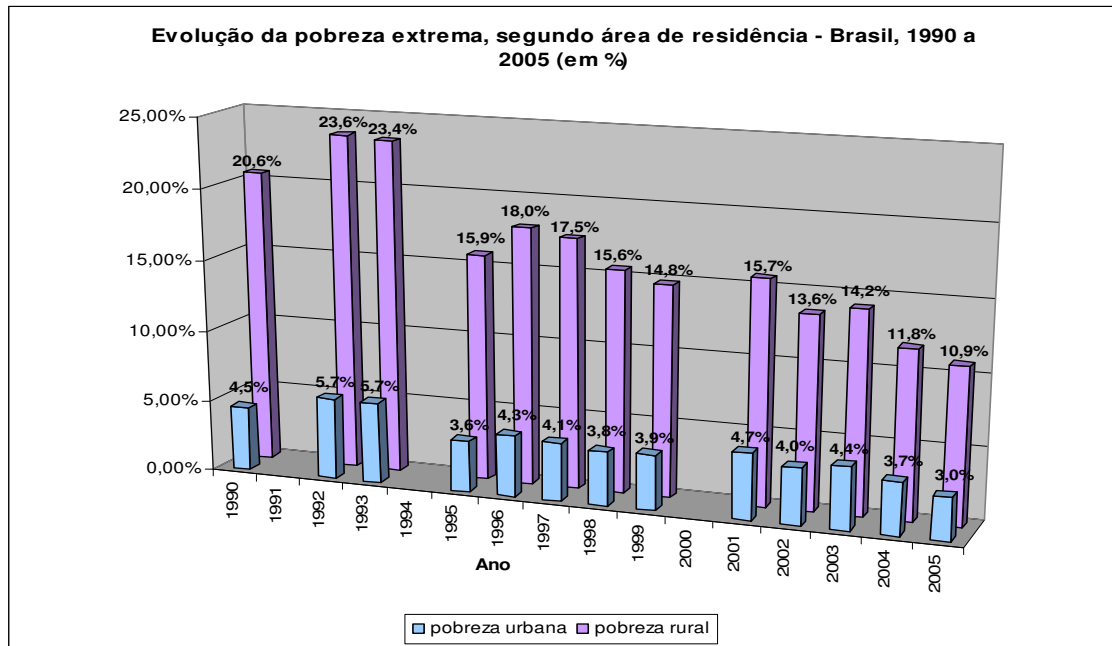
Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

As desigualdades persistem na comparação entre a proporção de brancos e pretos e pardos entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos no Brasil. Em 2005, os brancos representavam 88,4% dos 10% mais ricos, e 26,5% do décimo mais pobre. Já os negros eram 73,5% dos mais pobres e 11,6% dos mais ricos.

A pobreza é mais alta na área rural, mas a diferença em relação às cidades tem se estreitado. Em 1990, a proporção de pessoas extremamente pobres, nessas regiões, era mais que quatro vezes superior a das áreas urbanas. Em 2005, essa disparidade caiu para cerca de três vezes. Tal situação pode ser analisada a partir dos dados expressos no gráfico que segue.



Gráfico 10 – Evolução da pobreza extrema segundo área de residência - 1990 à 2005

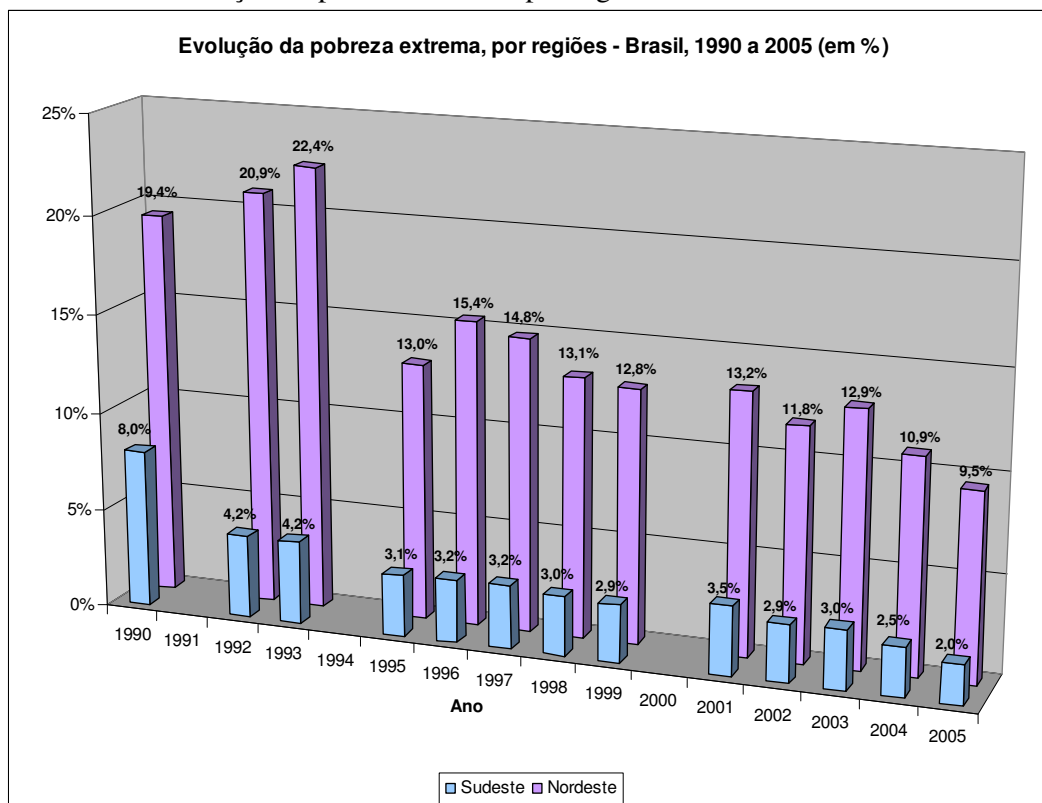


Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

Isso significa que o ritmo de redução da pobreza extrema nas áreas rurais foi de 1,2 ponto percentual por ano contra 0,4 nas áreas urbanas. Em 2005, no entanto, a proporção de pessoas residentes nas áreas rurais, que viviam na pobreza extrema, era 7,9 pontos percentuais superior à verificada nas áreas urbanas.

Tal como nos casos de cor/raça e de área de residência, a redução da taxa de pobreza extrema foi maior exatamente nos locais onde o problema era mais grave. Enquanto, ao longo da série histórica, a taxa de pobreza extrema no nordeste chegou a ser 18,2 pontos percentuais superior à do Sudeste (1993), em 2005, essa diferença caiu para 7,5 pontos. Contudo, dada a dimensão da pobreza extrema no nordeste, para que a taxa brasileira continue a cair no mesmo ritmo é indispensável que o país mantenha a queda acelerada na região.

Gráfico 11 – Evolução da pobreza extrema por região - 1990 à 2005



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2007

A pobreza extrema é muito mais presente no nordeste que no sudeste ou no restante do país. No entanto, ao longo do período analisado, foi registrada uma redução importante nessas diferenças.

Os desafios a serem enfrentados resultam, sobretudo, da falta de acesso aos alimentos, decorrente do baixo poder aquisitivo de milhões de brasileiros. O problema de acesso é agravado por uma série de outros fatores, como condições inadequadas de habitação, saneamento básico, baixos níveis de educação e serviços de saúde deficientes.

## 2.4 Síntese das informações apresentadas

Essas pesquisas foram apresentadas com o objetivo de dar visibilidade a situação que enfrentam milhares de pessoas vítimas da Fome. Embora as pesquisas tenham revelado muitas melhoras, a análise detalhada dos dados permite perceber que muito ainda precisa ser feito. Índices que indicam uma queda no percentual de 23% para 7% representam um

decréscimo significativo, mas considerando-se 7% da população total brasileira, que, em 2004, era de 181.581.024 habitantes, significa um número muito grande de pessoas que convivem com a Fome. Isso é o que revela o Mapa da Fome elaborado pela FAO.

Já a pesquisa apresentada pelo IBGE, que recorta por região, revela que 17% das crianças com menos de 5 anos de idade nas regiões norte e nordeste do Brasil convivem com a Fome, mesmo em, Santa Catarina onde é maior o índice de segurança alimentar.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio mostra que, entre 1990 e 2005, o número dos que deixaram a extrema pobreza é de 4,7 milhões, mas encontram-se em condição de extrema pobreza 7,5 milhões de pessoas. Embora esse resultado seja superior aos estabelecidos pela ONU para o período, o Brasil, que tinha, em 2007, uma população com número aproximado em 184.000.000, tem uma situação preocupante. Isso revela que muito ainda precisa ser feito, para serem evitadas as seqüelas da falta de alimento.

O cenário, até então apresentado, remete ao assistente social o enfrentamento de desafios, tais como: a criação e consolidação de espaços públicos sustentados pela prática democrática e participativa tais como: Fóruns, Associações de Bairros, Audiências Públicas, Conferências, entre outras possibilidades de atuação no campo das relações Estado e Sociedade Política.

### 3 POLITICAS SOCIAIS DE COM BATE A FOME E A POBREZA

A Fome diz respeito ao conjunto de expressões da Questão Social. Conjunto de que faz parte a pobreza, a miséria e o desemprego. Enfim, expressões das desigualdades contidas na sociedade capitalista. Originária nas lutas sociais, a Questão Social exige do Estado sua interferência na legalização de direitos e deveres.

As políticas sociais, que tem por finalidade alterar o quadro de desigualdade existente hoje numa grande parcela da população, não tem atingido seus objetivos, fato demonstrado pela ampliação das taxas de desigualdades.

Neste capítulo, pretende-se abordar as políticas sociais de enfrentamento ao flagelo da fome e da pobreza que, no decorrer dos anos, foram formuladas na tentativa de amenizar o problema.

De acordo com Sergio Henrique Abranches política social diz respeito a conflito, oposição e contradição de interesses. O autor afirma que política é “poder, transformando-se, freqüentemente, em um jogo desequilibrado, que exponencia os meios dos mais poderosos e reduz as chances dos mais fracos” (ABRANCHES, 1987, p.10).

Política social é o processo estatal de transferência e distribuição de recursos e intervém na lacuna existente entre a acumulação e a satisfação das necessidades sociais básicas. As políticas sociais podem ser de promoção da justiça social, como pode ser de combate à miséria.

Abranches (1987) fala da importância da universalização das políticas sociais como instrumentalização de direitos assegurados pelo Estado a qualquer cidadão. Refere-se à política social como um recurso para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas, visando a alcançar um patamar de equidade.

Wanderley Guilherme dos Santos atenta para o fato de que

nenhum conjunto de políticas sociais, por mais justas, coerentes, tecnicamente bem-formuladas e socialmente avalizadas que sejam, terá sucesso se houver pontos de estrangulamentos na etapa de sua implementação. A etapa de implementação pode ser responsável pelo fracasso de qualquer política, não apenas da política social. (SANTOS, 1987, p.62).

O autor argumenta que para o sucesso ou não de uma política contribuem a falta de recursos humanos para executar a política em questão, bem como a atitude do pessoal

administrativo ou técnico-especializado em relação à política pode levar ao fracasso de qualquer política.

As políticas sociais podem ser classificadas como preventivas, compensatórias e/ou redistributivas. Política social preventiva compreende qualquer política que impeça ou minimize a geração de um problema social grave. As políticas compensatórias correspondem aos programas sociais que remediam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores. Políticas redistributivas são programas que implicam na efetiva transferência de renda dos patamares superiores para patamares inferiores da estratificação social (SANTOS, 1987).

No Brasil, as políticas sociais ainda se encontram muito direcionadas ao assistencialismo, ao entendimento de que o lugar destinado aos pobres é aquele dos não-direitos e da não cidadania, ou seja, “lugar no qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído”. (TELLES, 1999, p. 95 *apud* MARQUES E MAIA, 2007, p.60).

A ausência de políticas sociais pode manter parte da população na pobreza, não apenas na pobreza de renda, mas pobreza humana. Este último um conceito introduzido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997, que parte do princípio de que se a renda não é a soma total do bem-estar, a insuficiência de renda não pode ser a soma total da pobreza. Por isso, a pobreza humana não enfoca o que as pessoas possuem ou deixam de possuir, mas o que elas podem ou não fazer. Enquanto a pobreza de renda pode ser medida pela insuficiência de rendimentos monetários, medidas indiretas podem aferir a pobreza humana, como a falta de acesso ou acesso deficiente a bens, infra-estrutura e serviços públicos como água potável, habitação, saneamento, saúde, educação, energia, comunicação, necessários para o sustento de capacidades humanas básicas (BRASIL, 2005).

Na concepção de Maria do Carmo Brant de Carvalho, a política social brasileira é marcadamente elitista, assistencialista e tutelar. Quando direcionado aos segmentos empobrecidos da população, “o resultado dessa simbiose autoritarismo/tutela/subalternidade tem sido a incapacidade alterativa das ações produzidas pela política social junto à população em situação de pobreza e exclusão” (CARVALHO, 2000 p.94).

Segundo Yazbek (1995, p. 28),

parcelas consideráveis da população, que não estão inseridas no mercado de trabalho ou que não possuem capacidade de contribuição para a Previdência, ficarão à mercê de atenção seletiva, focalizada, estigmatizante e precária da proteção social pública e da incerta caridade privada. Assim, em vez da assistencialização da política social, como entendem alguns, verifica-se o rerudescimento de um processo de proteção social que aponta para a desassistencialização dos cidadãos rejeitados pelo mercado de trabalho e incapazes de implementar a auto-ajuda.

As políticas sociais voltadas ao assistencialismo não estão cumprindo o seu papel e só conseguirão atingir a equidade se forem baseadas na universalização. As políticas sociais tem que estar comprometidas com a justiça social, com a cidadania.

A apropriação da realidade social é fundamental para o processo teórico metodológico da profissão do assistente social. É o caminho para a formulação de um cenário crítico. A historicidade do processo causal e da evolução de determinada expressão questão social se faz necessário ao trabalho do assistente social no sentido de trazer elementos que contribuam para evidências de oportunidades de intervenção profissional. A seguir são descritos fatos históricos que relatam as políticas sociais internacionais e nacionais. Políticas que, de alguma forma, contribuíram para a diminuição da desigualdade e, ao mesmo tempo tentaram amenizar o flagelo da Fome e da pobreza.

### **3.1 Políticas internacionais de combate a Fome**

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a partir da tomada de consciência por parte de diversos países com respeito às tragédias e atrocidades vividas durante a Segunda Guerra Mundial representa o início das preocupações do Estado com as expressões da questão social, entre elas, a Fome.

Os princípios básicos estabelecidos na Carta das Nações Unidas estavam voltados para a paz e a segurança internacional, desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, com o objetivo de fomentar a cooperação entre os países na busca de soluções para problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos.

Atualmente, a ONU possui diversos órgãos, dentre os quais destacam-se a Assembléia Geral, que é o órgão fundamental, composto por todas as nações-membros da

organização; o Conselho de Segurança, órgão encarregado da paz no mundo, que é composto por de 11 países-membros, dois quais cinco são permanentes: Estados Unidos, França, Reino Unido, República Popular da China e Rússia; Corte Internacional de Justiça, tem a função de decidir as questões jurídicas internacionais e submetê-las à apreciação da ONU e Secretariado, órgão este encarregado da administração da própria ONU (COTRIM, 2004).

A preocupação com a criação da Organização das Nações Unidas era a manutenção da paz, num esforço conjunto das nações. Assim, em 16 de outubro de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Desde sua criação, a FAO trabalha para garantir o direito à alimentação, reconhecido formalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

A FAO atua como um fórum neutro, em que todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento se reúnem em pé de igualdade para negociar acordos e debater políticas. Atualmente são 189 países membros somados a Comunidade Européia. A sede central é em Roma, Itália, e a rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais.

A FAO funciona também como fonte de conhecimento e informação. Uma equipe de técnicos como agrônomos, engenheiros florestais, especialistas em pesca e abastecimento, nutricionistas, cientistas sociais, economistas, estatísticos e outros profissionais trabalham para coletar, analisar e disseminar informações, ajudando os países a aperfeiçoarem e modernizarem suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos. Desde sua fundação, a entidade tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda que ainda passa fome.

A missão da FAO é elevar os níveis nutricionais, aperfeiçoar a produtividade agrícola, melhorar a vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial. Trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável. Sua linha de ação está voltada ao apoio aos países em desenvolvimento, com a formulação e execução de projetos de assistência técnica nas áreas agrícola, alimentar, de desenvolvimento rural, florestal e pesqueiro.

A organização contava com 42 estados membros quando foi criada e tem agora 190 membros. No plano mundial, a FAO reuniu as nações para estabelecer um acordo com uma

ampla variedade de tratados, códigos de conduta, convenções, normas e diretrizes voluntárias de importância crucial, a fim de zelar por uma melhor ordenação dos recursos comuns do mundo.

A preocupação da ONU com os diversos e diferentes segmentos afetados pela Fome desencadeia na criação de organismos de proteção especial. Entre estes continuidade o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), criado em 1946 com a finalidade de organizar mundialmente uma política voltada especialmente à proteção às crianças e adolescentes.

O UNICEF trabalha com os governos nacionais em programas de desenvolvimento de longo prazo, nos setores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e, também, em situações de emergência para defender as crianças vítimas de guerras e outras catástrofes.

Atualmente, atua em 158 países de todo o mundo como uma agência das Nações Unidas. Tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta a suas necessidades básicas e contribuir para o seu pleno desenvolvimento.

O UNICEF é regido pela [Convenção sobre os Direitos da Criança](#) e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças.

A Convenção dos Direitos da Criança<sup>2</sup> não é apenas uma declaração de princípios gerais. Quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados. Esse tratado internacional é um importante instrumento legal devido ao seu caráter universal e também pelo fato de ter sido ratificado pela quase totalidade dos países do mundo (192). Apenas dois países, os Estados Unidos da América e a Somália ainda não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Tal instrumento legal contém 54 artigos, divididos em quatro categorias de direitos: os direitos à sobrevivência, os direitos relativos ao desenvolvimento, os direitos relativos à proteção, e os direitos de participação.

Na complementaridade do conjunto de ações de defesa dos direitos, 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou um importante

---

<sup>2</sup>Disponibilizada no endereço eletrônico <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>>. Acessada em 23/09/2008.



documento de defesa dos direitos fundamentais dos seres humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quase todos os documentos relativos aos direitos humanos tem como referência essa Declaração, à qual alguns países fazem referência direta nas suas constituições nacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem uma importância extraordinária, contudo, não obriga juridicamente que todos os países a respeitem e, devido a isso, a partir do momento em que foi promulgada, foi necessária a preparação de inúmeros documentos que especificassem os direitos presentes no texto, forçando os Estados a cumpri-la. Foi nesse contexto que, no período entre 1945-1966, nasceram vários documentos de proteção e defesa dos direitos. Entre eles estão os dois pactos efetuados em 1966, O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, bem como os dois protocolos facultativos do Pacto dos Direitos Civis e Políticos, que constituem A Carta Internacional dos Direitos do Homem.

Outra importante ação internacional foi o Programa Aliança para o Progresso, um programa de ajuda econômica e social dos [Estados Unidos da América](#) para a [América Latina](#), que a principio teria duração entre os anos de [1961](#) a [1970](#). Sua origem remonta a uma proposta oficial do Presidente [John F. Kennedy](#). A principal responsabilidade na implementação foi dos Estados Unidos com participação de diversas organizações internacionais, países europeus e empresas privadas. A Aliança foi extinta em 1969 por [Richard Nixon](#), então presidente dos Estados Unidos da América.

Nos anos 1960, um úmero crescente de nações que acabaram de conquistar sua independência passam a fazer parte das Nações Unidas e seus organismos. O sistema das Nações Unidas começou a assumir muitas das responsabilidades relacionadas com a provisão da assistência financeira e técnica que tentavam obter os novos Estados.

O sistema das Nações Unidas, incluindo a FAO e outras organizações do grupo original de organismos especializados como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolveram-se rapidamente, nos anos 1960 e 1970, em resposta as novas demandas sociais.

Esse crescimento foi acompanhado pela fundação de novas entidades no marco do sistema, incluindo, em esferas de interesse da FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1963, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972 e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em 1977 e, em estreita relação

com o sistema das Nações Unidas, o Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional (GCIAl), em 1971.

A criação de órgãos internacionais e programas aqui mencionados tiveram como meta a garantia de direitos, entre eles a liberdade, a justiça a dignidade, a alimentação e, objetivamente, acabar com a Fome. Todos foram relevantes, mas o problema da Fome continua presente em muitos lares, não só no Brasil como no mundo.

No Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro de 2008, o representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva lembrou à comunidade internacional que trabalhar para garantir que todos possam alimentar-se de forma adequada não é um ato de caridade, mas a realização de um direito. "A fome não é uma situação que devemos aceitar e a região conta com todas as condições para erradicá-la". (SILVA, 2008).

É inadmissível ter que conviver com a fome numa região com tanta abundância como a América Latina e Caribe. Além disso, erradicar a fome é um bom investimento: custa menos que conviver com ela (SILVA, 2008).

Portanto, para que avanços sócio-políticos e econômicos se realizem, a compreensão da história do fenômeno da Fome no contexto da pobreza com situação em movimento é imprescindível. Com o texto a seguir, buscaremos trilhar o campo específico das políticas públicas que marcaram e ainda marcam a luta contra a Fome.

### **3.2 Políticas nacionais de combate à Fome.**

Foi Josué de Castro<sup>3</sup> que, a partir de 1932, realizou um estudo pioneiro que representou o pontapé inicial para a primeira ação estrutural de combate à fome no Brasil: a implementação do salário mínimo. O estudo denominado "As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife" tratou de realizar uma pesquisa em uma fábrica do Recife, para a qual Josué de Castro foi contratado para aumentar a produtividade dos

---

<sup>3</sup> Josué Apolônio de Castro ([Recife, 5 de setembro de 1908](#) - [Paris, 24 de setembro de 1973](#)), foi um influente [médico](#), professor, [nutricionista](#), [antropólogo](#), [geógrafo](#), [sociólogo](#), escritor, [político](#), intelectual, [humanista](#), [ativista](#) nordestino e brasileiro.

trabalhadores. Ao final do estudo Castro diagnosticou as péssimas condições de habitação, vestuário e, principalmente, alimentação da classe operária. Concluiu que a solução estava em melhorar essas condições, o que traria, de imediato, o aumento da produtividade, conforme desejo dos dirigentes da fábrica.

Este estudo teve forte impacto nos meios cultos da época, já que representou o primeiro inquérito dessa natureza levado a efeito no país. Logo a seguir, foram realizados estudos semelhantes em São Paulo, Rio de Janeiro e em outros locais.

Pela primeira vez foram estabelecidas relações diretas entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação, bem como foram examinadas as condições de vida, o tipo de moradia e o salário. Esse inquérito acabou sendo uma das bases para a institucionalização do salário mínimo no governo de [Getúlio Vargas](#) em 1940, por meio do decreto nº 2.162/1940. No mesmo ano, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que marcou a inauguração do primeiro órgão de política de alimentação no Brasil.

Os fatores que impulsionaram o governo Vargas a criar o Serviço de Alimentação da Previdência Social têm como um dos motivos o deslocamento da classe trabalhadora rural para o meio urbano em decorrência da política industrial, a politização da questão social, o desemprego conseqüente do *crack* de 1929, os riscos de desabastecimento oriundos da Segunda Grande Guerra, e a expansão do assistencialismo embutido nas medidas trabalhistas. Sua finalidade era garantir refeições dignas e baratas à emergente força de trabalho industrial, implantando, para isso, uma rede de restaurantes populares nos grandes centros, sendo a primeira unidade instalada no Rio de Janeiro.

O SAPS foi criado pelo decreto-lei 2478, de 05 de agosto de 1940, assinado por Getúlio Vargas e pelo Ministro do Trabalho Waldemar Falcão, representando o início da instituição que, além de alimentar a classe trabalhadora, constituiu-se em suporte para seu aprimoramento no campo da educação e da cultura. Seu primeiro diretor foi Josué de Castro, que, em 1946, publicava o livro “Geografia da Fome”. Em 1945, funcionavam, no Rio de Janeiro, seis unidades do SAPS e outras quarenta e duas foram instaladas pelo país sob a coordenação do governo.

Outro programa de grande relevância, que não se pode deixar de citar, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foi e continua sendo uma das grandes medidas adotadas pelo governo no que diz respeito ao combate à Fome. Este, por ser destinado às crianças, tem uma maior eficácia, trazendo verdadeira mudança na nutrição de cada uma, considerando-se o fato delas estarem em formação.

O Programa teve seu início com o nome Merenda Escolar na década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o governo federal oferecer alimentação ao escolar. Já, na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil<sup>4</sup>. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o decreto nº 37.106/1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Logo em seguida, em 1956, com a edição do decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar, com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. E, no ano de 1965, o nome foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar por meio do decreto nº 56.886/65.

A partir de 1976, embora o Programa fosse financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, este era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Isso se deu a partir da reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000.

O objetivo do Conselho é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Data de 1985 a primeira referência oficial à expressão “segurança alimentar”, quando o Ministério da Agricultura lançou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. Posteriormente, em 1993, foi apresentado o Plano Nacional de

---

<sup>4</sup> Informações obtidas da Tese de Maria Lucia Rosa Stefanini, apresentada ao Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.isaude.sp.gov.br/teses/malu97.pdf>>. Acessada 26/10/2008.

Segurança Alimentar ao então presidente Itamar Franco, pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, o agrônomo José Gomes da Silva e o bispo Dom Mauro Morelli. Uma das primeiras medidas, após o referido encontro, foi a criação e instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), formado por representantes do governo e da sociedade civil.

A definição clássica de segurança alimentar estabelecida pela FAO determina que haja “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. (BELIK, 2006 p.13).

No mesmo ano de 1993 foi criada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert de Souza, o Betinho. Mesmo não sendo este um programa governamental, contou com grande participação e apoio popular.

Mudanças aconteceram no curso das políticas governamentais e os diversos programas criados para tratar da questão da Fome passaram por alterações na sua nomenclatura e no seu formato. Em 1995, foi Criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse mesmo ano foi extinto o CONSEA e criado o Conselho da Comunidade solidária. Posteriormente, em 2003, ocorreu o lançamento do Programa Fome Zero, estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação à população. Neste mesmo ano foi recriado o CONSEA, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado em 30 de janeiro de 2003, o CONSEA tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

O CONSEA acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros. Estimula a participação da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Ainda em 2003, no esforço de vencer a fome no Brasil, foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), um dos principais programas que compõem o “Fome

Zero”, que articula a produção de alimentos da agricultura familiar e o acesso à alimentação saudável por famílias em situação de vulnerabilidade social.

O programa Fome Zero é coordenado pelo [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome](#) e consiste numa estratégia governamental para garantir o direito a alimentos básicos. As iniciativas do programa vão desde a ajuda financeira às famílias mais pobres, com o cartão [Bolsa Família](#), até a criação de [cisternas](#) no [sertão nordestino](#), passando pela construção de restaurantes populares, a instrução sobre hábitos alimentares, a distribuição de vitaminas e suplementos alimentares, o empréstimo de [microcrédito](#) para famílias mais pobres, entre outras.

Por último, em 23 janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, substituindo o então Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar.

A utilização do conceito de segurança alimentar nos remete a toda uma discussão sobre como desencadear as políticas de combate à Fome. Não se trata apenas de produzir os alimentos e resolver problemas ligados ao abastecimento e à comercialização. Trata-se de uma discussão mais ampla, que envolve aspectos econômicos da distribuição de renda, cultura e educação alimentar das famílias.

Conforme aponta Belink (2006 p.13), “de nada adianta haver superávit na disponibilidade de alimentos em um determinado país, se uma parte da sua população não tem renda para consumir esses alimentos ou, em casos extremos, se esses alimentos, culturalmente, não fazem parte de sua dieta”.

Não obstante, alguns autores já discutem o conceito de segurança alimentar e, modernamente, falam em “soberania e sustentabilidade alimentar”. A noção de soberania alimentar começa a se impor com força no próprio ano de 1996. Durante a Cúpula Mundial da Alimentação, no foro paralelo da sociedade civil, também realizado em Roma, a reivindicação da soberania alimentar aparece com grande destaque. Esse conceito procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração interna de emprego e à menor dependência das importações. (BELINK, 2006).

Atualmente, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada estabelece, em seu artigo 3º, que

a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde

que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2008, p.1).

A mesma Lei dispõe sobre a abrangência da Segurança Alimentar e Nutricional que inclui o acesso à água, a geração de emprego e a distribuição da renda, a promoção da saúde, a produção do conhecimento e o acesso à informação.

Conforme os Artigos 4º, 5º e 6º, a segurança alimentar e nutricional abrange:

I a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V a produção de conhecimento e o acesso à informação e

VI a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo, assim, para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional (BRASIL, 2008).

Em continuidade às ações referentes à Segurança Alimentar, entrou em vigor, a partir de 23 de novembro de 2007, o decreto n. 6.272, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e, na mesma data, entrou em vigor o decreto n. 6.273 que cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. (Anexos).

#### **4 O DESPERDÍCIO E SEUS DESAFIOS: relatos da experiência profissional na Associação Instituto Nutrir**

A Fome e a desnutrição, no Brasil, não se devem à escassez de produção de alimentos. Ao contrário, a agricultura nacional produz mais do que o suficiente para suprir as necessidades da população brasileira. Segundo cálculos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a disponibilidade total de alimentos, no Brasil, aumentou continuamente nas últimas décadas e se situa em um patamar de cerca de 3 mil quilocalorias (kcal) por pessoa/dia. Isso representa 24% a mais que o necessário para repor as energias consumidas diariamente por uma pessoa<sup>5</sup>.

Os indicadores de desperdícios de alimentos são menos conhecidos do conjunto da sociedade. Mas não são menos alarmantes do que os indicadores da Fome. Levantamento feito em 1992 pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo estimou que o país perdia o equivalente a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) com alimentos que deixavam de ser aproveitados em toda a cadeia produtiva. Assim, o Brasil jogaria fora, por ano, considerando a estimativa de 1992, cerca de R\$12 bilhões em comida, o que daria para alimentar cerca de 30 milhões de pessoas, ou 8 milhões de famílias durante um ano inteiro. Pelos cálculos da Secretaria, aproximadamente um quarto de tudo que se produz em frutas, verduras e legumes no país acaba sendo jogado fora. O desperdício ocorre, também, na ponta da produção, e dentro de casa, com cerca de 30% de toda comida comprada por uma dona-de-casa sendo jogada no lixo. (WEISSHEIMER, 2006).

Conforme aponta Belik (2008) o desperdício de alimentos é um sério problema mundial e, no caso brasileiro, é trágico, porque o desperdício seria suficiente para alimentar 19 milhões de pessoas.

O Relatório da FAO de 2007 apontou que até 70 mil toneladas de alimentos plantados por ano (64%) no Brasil são jogadas no lixo. E, grande parte da comida produzida na América Latina é desperdiçada entre o produtor e o consumidor. Todo esse desperdício poderia ajudar a combater a fome no continente, um problema que afeta 62 milhões de pessoas.

---

<sup>5</sup>Informações obtidas do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: IPEA: MP, SPI, 2007.



No Brasil, uma família joga fora, em média, meio quilo de comida boa por dia o que implica dizer que todos os dias ocorre esse desastre silencioso que é o desperdício. Segundo estimativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma família de classe média joga fora, em média, 182,5 quilos de comida por ano, o suficiente para alimentar uma criança por seis meses.<sup>6</sup>

De acordo com reportagem publicada no jornal O Globo em 21/1/2009, uma pesquisa feita em parceria com um grande fabricante de alimentos e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou a preocupante estimativa de descarte de 20% a 40% do consumo doméstico de alimentos perecíveis.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação estima que, anualmente, são desperdiçados 26 milhões de toneladas de alimentos no Brasil. O montante seria suficiente para alimentar 35 milhões dos cerca de 72 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, em situação de insegurança alimentar.

Com o objetivo de conhecer e analisar a situação de desperdício de alimentos e as ações implementadas para amenizar tal questão no âmbito local, contribuindo para o combate a Fome, procurou-se descrever a experiência profissional desenvolvida junto a Associação Instituto Nutrir.

#### **4.1 A Associação Instituto Nutrir: objetivos e ações desenvolvidas**

A Associação Instituto Nutrir é uma associação civil, autônoma, de direito privado, sem fins lucrativos e tempo indeterminado de duração, composta de número ilimitado de associados. Integrante do conjunto de instituições que compõem o Terceiro Setor<sup>7</sup>, a entidade, criada em 05/12/2003, teve seu nome e estatuto alterado de Fundação Nutir para Associação Instituto Nutrir objetivando atender a legislação vigente.

Constituída como uma entidade com autonomia administrativa, financeira e patrimonial tem sede e foro no Km 205 da BR 101, Barreiros, São José/SC, anexo à Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA/SC). Possui como missão

---

<sup>6</sup> Reportagem de Cyrus Afshar publicada no jornal Folha de São Paulo em 31/05/2008.

<sup>7</sup> O Terceiro Setor constitui-se de um conjunto de instituições de caráter privado, mas que agem com fins públicos, exercendo, muitas vezes, as atividades próprias do Primeiro Setor, ou seja, o Estado.

institucional combater a fome, a miséria e a exclusão social, atuando como agente difusor e capacitador, apoiando a formação do associativismo e cooperativas de trabalho.

São objetivos da Associação Instituto Nutrir:

- I despertar a consciência solidária das comunidades e das autoridades constituídas, buscando igualdade aos cidadãos brasileiros;
- II promover o reaproveitamento de alimentos excedentes, não comercializados, as Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA) e de demais empresas que possam ser parceiras com a Associação Instituto Nutrir;
- III canalizar o recebimento de alimentos e hortifrutigranjeiros excedentes da comercialização para processo e distribuição às famílias e comunidades em bolsões de pobreza, bem como a entidades assistenciais;
- IV somar esforços para a geração de emprego e renda a cidadãos postos à margem da sociedade.
- V viabilizar convênios e recursos para desenvolver trabalhos que venham a beneficiar as crianças, os jovens, os idosos e outros, em todos os âmbitos, seja internacional, federal, estadual, municipal e privado.

As ações desenvolvidas pela entidade são:

- I conscientização e adesão dos usuários/CEASA/SC;
- II organização dos espaços para recepção e seleção de doações;
- III recadastramento das famílias carentes atendidas;
- IV cadastramento das entidades sem fins lucrativos para atendimento;
- V distribuição de alimentos arrecadados a famílias e instituições cadastradas;
- VI atendimento a instituições via Programa Mesa Brasil - SESC/SC;
- VII campanha do Agasalho;
- IX geração de emprego e renda – mediadora;
- X capacitação para entidades parceiras;
- XI distribuição de produtos hortifrutigranjeiros;
- XII capacitação de mão-de-obra voluntária.

A conscientização dos usuários<sup>8</sup> da CEASA foi um processo desenvolvido pelos voluntários da Associação, realizada a partir de um trabalho de sensibilização, no qual foi exposto para cada um deles a importância das doações e apontado o quanto os alimentos que eram jogados no lixo por não estarem com um aspecto apresentável para a comercialização poderiam contribuir para amenizar o problema da Fome enfrentado por muitas famílias.

No início dos trabalhos 12 usuários aderiram a proposta separando os alimentos para que os voluntários da Associação recolhessem as doações para posterior seleção e entrega as famílias. Hoje, após um trabalho desenvolvido ao longo dos cinco anos da

---

<sup>8</sup> Agricultores ou atacadistas que fazem uso do espaço da CEASA para comercialização de seus produtos, através de uma contraprestação.

Associação Instituto Nutrir, quase a totalidade dos usuários faz doações. Ou seja, os alimentos antes jogados no lixo são guardados pelos usuários e posteriormente recolhidos pelos voluntários. “Um trabalho de formiguinhas” é a expressão usada pelos voluntários da Associação quando relembram o trabalho realizado.

Ao longo dos anos o trabalho de separação e distribuição para a população tomou uma dimensão que exigiu um espaço físico próprio para tal atividade. Foi então que a CEASA cedeu espaço em um dos galpões. A princípio não era um espaço ideal para as atividades mas era o que estava disponível no momento. No local é feita a triagem de tudo que é recolhido através de doação.

Todo o trabalho desenvolvido na Associação é executado por voluntários, que são em número de 27, com escala de trabalho, de um, dois ou três dias por semana, conforme a disponibilidade de cada um.

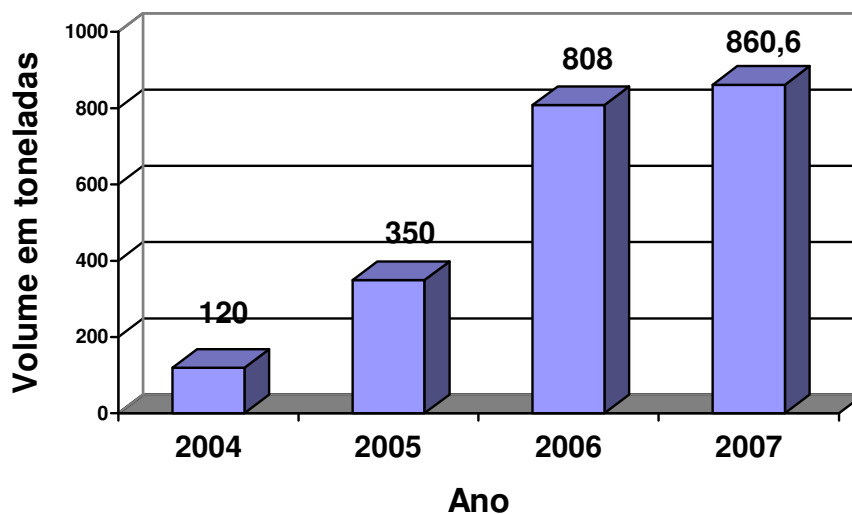
Em novembro de 2007 a Associação Instituto Nutrir recebeu o reconhecimento da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, que a homenageou com a Medalha do Mérito Legislativo Catarinense pelo trabalho desenvolvido no combate ao desperdício de alimentos. Foram homenageadas 45 pessoas e entidades que tiveram participação na construção de uma sociedade mais justa. Também em 2007 a instituição foi qualificada como finalista do Prêmio Organizações para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) do Brasil.<sup>9</sup>

A seguir são demonstrados dados estatísticos feitos pela Associação para mostrar o volume das doações em hortifrutigranjeiros recebidos de usuários do CEASA referentes aos anos de 2004 a 2007. No gráfico a seguir é possível visualizar o a evolução do trabalho desenvolvido.

---

<sup>9</sup> O prêmio ODM Brasil, criado pelo governo federal, é uma forma de incentivo a ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

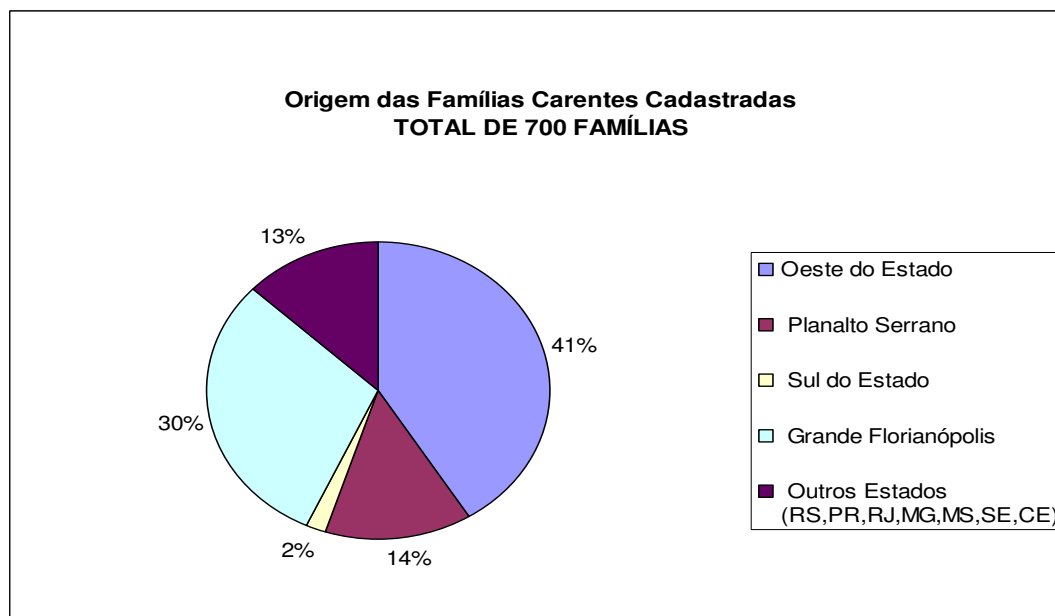
Gráfico 12 – Volume de alimentos recolhidos no período 2004-2007



Fonte: Associação Instituto Nutrir, 2008

A origem das famílias atendidas pela Associação é em sua maioria da região oeste do estado, seguida daquelas provenientes da grande Florianópolis, conforme pode ser visualizado no gráfico que segue.

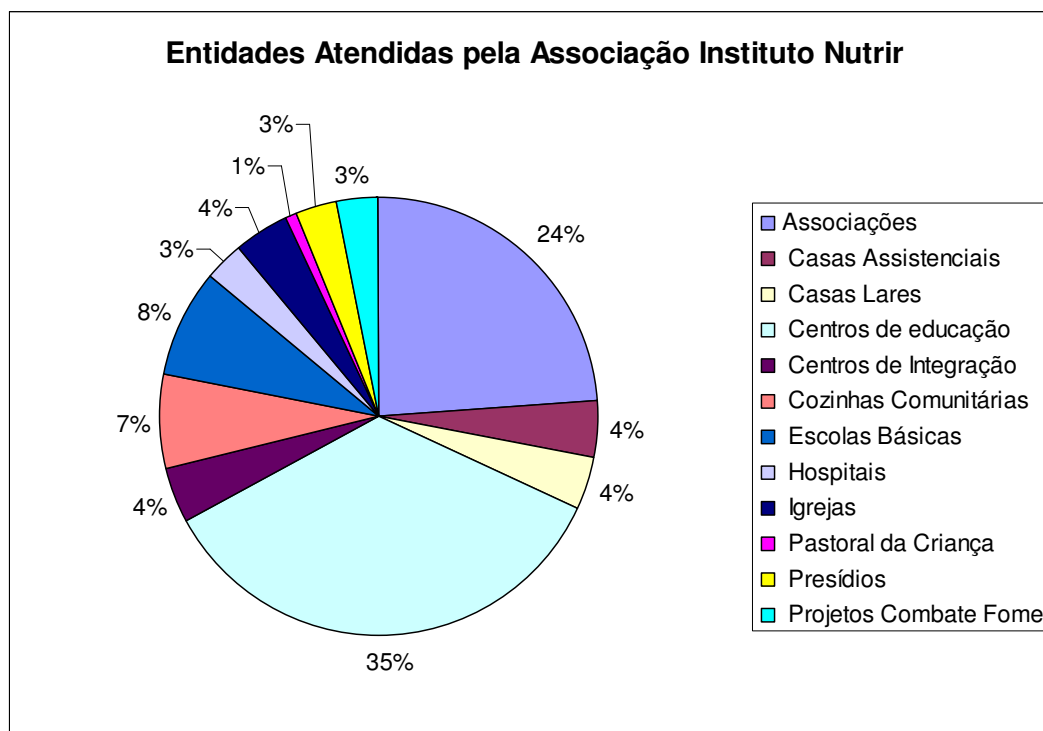
Gráfico 13 – Origem das famílias cadastradas



Fonte: Associação Instituto Nutrir, 2008.

No ano de 2008 700 famílias foram cadastradas e atendidas pela Associação. Considerando que cada família é composta em média por 4 pessoas, isso representa 2800 pessoas atendidas diretamente pela Associação. Conforme expresso no gráfico acima a maioria das famílias são oriundas do oeste catarinense e vêm para a região da Grande Florianópolis em busca de emprego e de melhor condição de vida para si e sua família.

Gráfico 14 – Entidades atendidas pela Associação Instituto Nutrir



Fonte: Associação Instituto Nutrir, 2008

As entidades que são atendidas pela Associação constituem um grupo de, aproximadamente, 200 entidades cadastradas, entre elas: Associações, Casas Assistenciais, Casas Lares, Centro de Educação, Centro de Integração, Cozinhas Comunitárias, Escolas Básicas, Hospitais, Igrejas, Pastoral da Criança, Presídios e Projetos de Combate a Fome. As entidades que possuem condições para buscar os alimentos o fazem diretamente. As demais recebem as doações por intermédio do Programa Mesa Brasil do SESC/SC<sup>10</sup>. Entre as entidade beneficiada pela Associação Instituto Nutrir estão a Casa Lar Vinde a Mim as Criancinhas e o Presídio Feminino de Florianópolis.

<sup>10</sup> "Mesa Brasil" é um programa de ação conjunta que integra o SESC, empresas, instituições sociais e pessoas voluntárias.

Outra ação desenvolvida pela Associação Instituto Nutrir é a Campanha do Agasalho, realizada todos os anos em prol das famílias atendidas na Associação. Esta é uma ação que tem por objetivo amenizar o problema do frio enfrentado pelas famílias, decorrente da falta de renda e das condições econômicas as famílias, as quais não conseguem vestuário adequado e na quantidade suficiente para suprir suas necessidades.

A geração de renda, que é uma das ações previstas pela Associação encontra dificuldades de se realizar. Para a execução da proposta institucional se faz necessário um espaço apropriado para a montagem de uma cozinha industrial, a qual funcionaria como espaço de aprendizado para o aproveitamento dos alimentos e a profissionalização. Até o presente alguns cursos de culinária já foram realizados, mas isso só foi possível por meio do empréstimo de um local apropriado.

Todo o trabalho da Associação Instituto Nutrir é desenvolvido por voluntários, desde o recolhimento dos alimentos nos Boxs, a triagem/seleção dos alimentos, bem como a distribuição. Na perspectiva do Serviço Social o voluntário constitui um segmento da sociedade que atua nas expressões da questão social.

A capacitação dos voluntários é outra atividade já desenvolvida pela instituição. Foi nesta ação que estivemos presente como estagiária de Serviço Social, propondo momentos de reflexão a respeito do trabalho desenvolvido, bem como contribuir para a diluição de conflitos entre os membros do grupo e a busca de soluções para as dificuldades encontradas. Procurou-se, no decorrer desta participação, destacar o quanto o trabalho desenvolvido pela entidade representa para as pessoas que são atendidas.

No primeiro momento das atividades de estágio foi apresentado para os voluntários o documentário “Ilha das Flores”. Esse documentário mostra pessoas recolhendo alimentos no lixo, fato que ocorria no pátio da CEASA, mas que agora não é mais a rotina, devido ao trabalho que vem sendo realizado. Objetivou-se com isso mostrar a importância do que é feito pelos voluntários como ação que tem contribuído para o resgate da dignidade e auto-estima daquelas famílias.

Em outro momento foi realizado uma dinâmica de grupo, onde todos os presentes narraram suas trajetórias de vida. Buscou-se com isso desenvolver empatia, conhecer as dificuldades enfrentadas por cada um deles, e o que cada um tem feito para superar.

Também foram realizadas reflexões no sentido de esclarecer aos voluntários que as pessoas que ali chegam para pegar alimentos são pessoas que estão com seus direitos violados, entre eles o direito a alimentação, pois para ter direito a vida é imprescindível a

alimentação. Muitos estão desempregados e por isso se encontram numa situação de vulnerabilidade. Contudo são cidadãos que merecem respeito.

Torna-se relevante destacar que a perspectiva que fundamentou a práxis profissional do Serviço Social junto a Associação Instituto Nutir no decorrer da realização do estágio supervisionado partiu da compreensão teórica de que o

voluntario como ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefícios da comunidade, doando seu tempo e conhecimento, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo toda a necessidade do próximo ao imperativo de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, estas de caráter religioso, cultural, filosófico político, emocional. (FUNDAÇÃO ABRING apud CORULLÓN, 1996. p.1).

Para o autor, os motivos que mobilizam em direção ao trabalho voluntário são aqueles de cunho pessoal somados a adoção de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior levada à prática social, a tomada de consciência dos problemas da realidade, a luta por um ideal ou comprometimento com uma causa entre outros.

De acordo com Corullón (1996, p.1),

altruísmo e solidariedade são valores morais socialmente constituídos, vistos como virtudes do indivíduo. Do ponto de vista religioso, acredita-se que a prática do bem salva a alma; numa perspectiva social e política, pressupõe-se que a prática de tais valores zelará pela manutenção da ordem social e pelo progresso do homem. A caridade (forte herança cultural e religiosa), reforçada pelo ideal, as crenças, os sistemas de valores, e o compromisso com determinadas causas, são componentes vitais do engajamento. Não se deve esquecer, contudo, o potencial transformador que essas atitudes representam para o crescimento interior do próprio indivíduo.

O voluntariado, na sua maioria, é motivado por solidariedade e boa vontade. Em muitos casos se desconhece que o serviço é disciplinado pela Lei nº 9.608/98, que define o que é ser um voluntário, bem como seus direitos e deveres.

A filantropia é parte da história brasileira e, nos anos recentes, vem assumindo uma posição de crescente relevância no sistema de proteção social. Segundo Maria Luiza Mestriner, a filantropia “constitui-se no campo filosófico, moral de valores como altruísmo e comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” (MESTRINER, 2001, p. 14 apud YASBEK 2004, p. ).

## 4.2 Políticas sociais, voluntariado e o olhar do assistente social

A política neoliberal trouxe um Estado ausente. Nesse contexto,

sociedade civil passa a significar a esfera das associações voluntárias, dos espaços públicos dotados de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado, de solidariedade social, do discurso de ação comunitária. Essas organizações visariam apenas processos de formação de identidade, produção de solidariedade e argumentação moral visando a construção de uma esfera pública entre o mercado e o Estado” (DURIGUETTO, 2005, p.89).

A Constituição brasileira de 1988 introduziu um novo modelo de gestão nas políticas sociais, a participação popular por meio dos espaços de deliberação como os Conselhos de Direitos. Contudo, conforme aponta Duriguetto (2005), a partir dos anos 1990, o avanço do projeto neoliberal contemplou a participação popular não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais como previsto, mas na direção da transferir às organizações da sociedade civil o papel de agente do bem-estar social, mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas.

Neste sentido Duriguetto (2005, p. 90) complementa dizendo que: “a sociedade civil é transformada em instrumento para a operacionalização da estratégia do projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado e do capital com as resposta a “questão social”, particularmente no que se refere às políticas sociais”.

Montaño (1999) faz considerações críticas em face do desmonte do Estado e fala que um dos caminhos das políticas sociais é a refilantropização das respostas às questões sociais.

transfere-se à órbita da sociedade civil a iniciativa de assisti-la mediante práticas filantrópicas e caritativas. É neste espaço que surgirá o terceiro setor, atendendo a população excluída ou parcialmente integrada, o que se constitui como uma luva na mão do projeto neoliberal. (MONTAÑO 1999, p.65).

Quando falamos em voluntariado, lembramos sempre de solidariedade, ajuda, participação, mas não podemos deixar de mencionar

a substituição do princípio de solidariedade universal presente no sistema de distribuição direta, na previdência única, na seguridade e nas políticas sociais do Welfare State faz com que cada grupo ou coletivo que apresenta uma necessidade ou carência particular tenha que se auto-responsabilizar direta ou indiretamente pelo financiamento/prestação da



sua resposta, e isto é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal. (MONTÃO, 1999, p.71).

Quase vinte anos se passaram desde a promulgação da Constituição de 1988 e a desigualdade social continua enorme, a concentração de renda vem se acentuando, e o Estado não tem respostas a esses fenômenos. Nessa perspectiva, podemos citar que:

parcelas consideráveis da população, que não estão inseridas no mercado de trabalho ou que não possuem capacidade de contribuição para a Previdência, ficarão a mercê de atenção seletiva, focalizada, estigmatizante e precária da proteção social pública e da incerta caridade privada. Assim, em vez da assistencialização da política social, como entendem alguns, verifica-se o reerudescimento de um processo de proteção social, que aponta para a desassistencialização dos cidadãos rejeitados pelo mercado de trabalho e incapazes de implementar a auto-ajuda. (YAZBEK, 1995, p 42).

Neste sentido de acordo com que é dito pelos autores aqui citados podemos completar que a filantropia, a benemerência e a boa vontade não realizam direitos. Somente o reconhecimento público do direito no atendimento às necessidades básicas pode mudar essa visão.

O Assistente Social é um profissional que está inserido nas mais diferentes especificidades do mundo do trabalho. É um profissional comprometido com o direito à cidadania, tanto no que diz respeito à divulgação da informação quanto à efetivação de direitos. O assistente social é um profissional propositivo, inserido nos mais diversos campos de trabalho, razão pela qual é descrito como “um intelectual que contribui, junto a outros protagonistas sociais, na criação de consensos na sociedade”. (IAMAMOTO, 2004, p. 69).

De acordo com Guerra (2007, p. 9), a profissão de assistente social

vem sendo orientada por visões de homem e de mundo, por ideologias, formas de agir, sancionadas pelo modo de produção/reprodução capitalistas ou que visem uma crítica a ele, ou seja, por projetos profissionais que têm uma vinculação com projetos coletivos conservadores ou progressistas, tenham os seus protagonistas consciência ou não disto.

A autora continua sua exposição referindo-se aos componentes do projeto ético-político profissional como um conjunto de elementos teóricos, técnicos e metodológicos que constituem mediações privilegiadas capazes de diferenciar a prática profissional daquela realizada por leigos, já que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional (GUERRA, 2007).

Portanto, a prática profissional que não se diferencia de ações de leigos, filantropos e voluntários pode ser classificada pela ausência de um claro referencial teórico-metodológico e ético-político crítico. Segundo Gerra (2007), é na condição de assalariado que encontram-se as premissas reais que diferenciam a prática profissional de intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópica.

A autora fala, ainda, da necessidade do profissional fazer escolhas conscientes por valores universais, com direção política. É necessário ter sempre uma postura renovada e qualificada, que transcenda a mera cotidianidade, tentando, assim, alcançar um patamar do exercício crítico, competente e comprometido. Os projetos profissionais críticos se constituem na mediação do exercício profissional competente e comprometido.

De acordo com Guerra (2007) o exercício profissional do assistente social tem que lhe permitir desenvolver escolhas capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sociocêntricos que vão além da mera necessidade pessoal e que transcendam a cotidianidade.

Nessa perspectiva, os projetos profissionais do assistente social devem incorporar as necessidades, os valores, os anseios universais. “Isso reforça a dimensão intelectual do projeto profissional e demanda um profissional que tenha um rigoroso domínio teórico-metodológico e que adote uma postura investigativa, visando acompanhar as tendências de desenvolvimento histórico” (GUERRA 2007, p.16).

A partir dessas reflexões pode-se considerar que se o assistente social tiver como referência um projeto profissional crítico, que tenha uma vinculação com projetos societários progressistas é possível estabelecer o limite entre uma prática imediatista, espontânea, intuitiva, manipulatória e aquela que tem clara direção sociopolítica.

Não se pode falar da atuação profissional do Assistente Social sem fazer referência ao Código de Ética da profissão que tem como princípios fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos, a consolidação da equidade, da democracia e da justiça, a garantias de direitos civis, políticos e sociais, a democratização das relações, a socialização da riqueza socialmente construída. Também está previsto o compromisso com a competência profissional e a qualidade dos serviços prestados, como parte de um contínuo processo de aprimoramento.

De acordo com Sant’Ana (2000), o perfil do Assistente Social tem que ser necessariamente crítico e questionador.

É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação (SANT'ANA 2000, p. 90).

A partir do embasamento teórico aqui apresentado é possível entender que o assistente social é ou deve ser um profissional capacitado para transcender o cotidiano, com visão da totalidade. Um profissional crítico e qualificado. Para tanto se faz necessário que o profissional opte pela via do conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, que assuma uma postura inovadora e qualificada e um exercício crítico.

A criticidade aqui referida é aquela no sentido de olhar e fazer um distanciamento, ver além do cotidiano, do que mostra a mera realidade, como no caso das informações apresentadas neste trabalho, no que diz respeito as políticas sociais, mais exatamente as políticas de combate a Fome e a pobreza, e ao desperdício de alimentos.

Diante disso é possível perceber o quanto o assistente social pode contribuir para a efetivação e o fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito da Associação Instituto Nutrir. As atividades podem ultrapassar a assistência imediata e alcançar a elaboração de projeto de captação de recursos junto a entidades financiadoras, a organização de fóruns de debates sobre a temática, reunindo parceiros para discutir as ações visando a busca de novas parcerias e soluções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas neste trabalho revelam uma gama de conhecimentos imprescindíveis para a atuação profissional do Assistente Social. Sente-se a urgência do profissional de Serviço Social participar dos processos de planejamento, gestão e execução das políticas públicas comprometidas com a superação da Fome no mundo.

A problemática da Fome, tão recorrente nos dias de hoje parece contrastam com tanta tecnologia existente num mundo globalizado. Contudo, os dados apresentados explicitam a realidade de um grande número de pessoas que convivem com a tragédia da Fome.

Muito ainda há de se fazer para solucionar o problema da Fome no mundo. Josué de Castro, quando deixou a Presidência do Conselho da FAO, em 1955, em um trecho de seu discurso, disse sentir-se decepcionado diante da obra até então realizada dado o fato de que, a seu ver, até hoje não foi elaborada uma política de alimentação realística que leve em conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e os objetivos de construção de uma sociedade equânime.

Embora Fome e Pobreza sejam conceitos distintos existe uma forte relação entre as duas situações na medida de que a Fome é a face mais cruel da desigualdade social e da pobreza. Diversos estudos demonstram que a Fome, além de ser uma consequência da pobreza, é também a sua causa.

Cabe considerar que na sociedade capitalista alimento é mercadoria. Portanto quem não tem renda não tem com adquirir o alimento para si e para sua família. Neste sentido não se pode desconsiderar que o sistema econômico predominante no capitalismo pressupõe a não oferta emprego para todos. Logo, aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho não possuem meios de próprios de adquirir alimentação.

Somada a temática da Fome agrega-se a questão do desperdício de alimentos tratada neste estudo. Pesquisas mostram que convivemos com a falta de alimentos não por não serem estes produzidos, mas por sua má distribuição, ou pelo seu desperdício, o que faz com que grande parte do que é produzido, de alguma forma, acabe no lixo.

Na luta contra o desperdício de alimentos encontram-se diversas instituições. Entre elas, a Associação Instituto Nutrir, sujeito central deste estudo, que, no ano de 2007, garantiu que não fossem jogadas no lixo 860,06 toneladas de alimentos. Nela atua o profissional de serviço social que, por meio de suas ações específicas, trabalha para otimizar os objetivos institucionais garantindo o atendimento às necessidades alimentares de milhares de pessoas cadastradas pela entidade. O assistente social realiza entre outras atividades a orientação das famílias atendidas no sentido de identificar recursos para o atendimento e a defesa de seus direitos, elabora estudos sócio-econômicos com as pessoas atendidas, para fins de encaminhamentos junto a órgãos da administração pública.

Algumas ações vem sendo feitas na tentativa de solucionar a problemática da Fome. A Constituição brasileira de 1988, em seu capítulo 2º, art.194, trouxe a Assistência Social como parte integrante do tripé da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência Social. Contudo, muito antes da institucionalização da Assistência Social como política pública, o Serviço Social já tinha uma relação com as políticas de seguridade social, seja na intervenção profissional, nas produções teóricas referentes ao tema, seja pela participação dos profissionais e de suas entidades representativas nos movimentos e lutas em defesa dos direitos sociais e do Estado Democrático.

Conforme destaca Boschetti (2004), o Serviço Social brasileiro teve e tem uma participação real na defesa e no resguardo de determinada concepção de seguridade social. O Assistente Social é um profissional qualificado teoricamente, imbuído de um projeto ético-político, capaz de fazer uma leitura com visão de totalidade das questões que lhes são apresentadas. Um profissional que luta contra a maré defendendo valores como igualdade, justiça e cidadania em meio aos avanços da política neoliberal e do desmonte do Estado.

Neste sentido, se faz necessário refletir sobre as ações da Associação Instituto Nutrir no sentido da compreensão de que são ações que podem contribuir para amenizar a Fome e o desperdício de alimentos, mas não se pode considerá-las como o ponto central da resolução do problema. De certa forma elas podem representar um retrocesso na responsabilidade do Estado em garantir os direitos fundamentais, pois ao mesmo tempo em que se tem uma Constituição que se refere ao direito a alimentação se tem ações de filantropia atuando no combate a Fome e ao desperdício. Ações estas que se não realizadas de forma consciente e crítica podem reproduzir o clientelismo e o favoritismo característicos das políticas sociais brasileiras.

A Fome é um problema mundial, e o assistente social que é um profissional qualificado para elaborar políticas públicas não pode desconsiderar que ela mata. Dia 16 de

outubro é o dia mundial da alimentação e muito pouco foi realizado pelos assistentes sociais como forma de divulgação.

Não adianta lutar por um sistema de saúde melhor se as pessoas não estiverem bem alimentadas, pois sem alimentação não é possível ter saúde. Não adianta lutar por educação de qualidade se falta comida para muitos dos escolares, pois sem alimentação as crianças podem até ir à escola, mais não irão aprender. Da mesma forma, não é oportuno lutar para diminuir a violência se os índices de pessoas que passam fome continuarem a crescer, pois sem alimentos as pessoas podem ter seu comportamento alterado.

Com esta mensagem se espera contribuir para pensar a questão da Fome no Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio Henrique. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. dos; COIMBRA, M. A.. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. vol.15, n.4. 2001. São Paulo, out./dez., 2001, p.119-129.

BELIK, Walter. **O Desperdício de Alimentos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/o-desperdicio-de-alimentos-no-brasil-artigo-de-walter-belik>>. Acessado em 28/10/2008.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em 10/11/2008.

\_\_\_\_\_. **Segurança alimentar**: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Bolsa-Família** / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório Nacional de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea, MP, SPI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano - Racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Jornal Nº 8, outubro de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Jornal Nº 7, setembro de 2008.

CASTRO, Josué. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CORULLÓN, Mônica. **O Trabalho Voluntário**. Disponível em: [http://www.espiritualidades.com.br/Artigos\\_A\\_C/Corullon\\_Monica\\_Trab\\_Volunt.htm](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos_A_C/Corullon_Monica_Trab_Volunt.htm). Acesso em: 15 jun. 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de Carvalho. Priorização da família na agenda da política social. In KALOUSTIAN, S.M. (org.). **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; UNICEF, 2000.

COTRIM, Gilberto. **Saber e Fazer História**. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Segurança alimentar e nutricional**: trajetória e relatos da construção de uma política nacional. Brasília, DF: MDS, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 81, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 91. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela, **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Ângela Cristina Salgado. Dimensões da Autonomia no Combate a Fome. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 92. São Paulo: Cortez, 2007.



MALUF, Renato S. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. In: **Cadernos em Debate**. Vol. IV, 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo>. Acessado em 25/10/2008.

MONTAÑO, Carlos. Das “Lógicas do Estado” às “Lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 59. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **Fome, desnutrição e pobreza**: além da semântica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/>. Acessado em 26/10/2008.

\_\_\_\_\_. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em 20/9/2008.

OLIVEIRA, Cirlene. Aparecida Hilário da Silva. O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 80. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. O Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 93. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVIA, Maria Herlinda Borges. O estágio na formação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n.º 29. São Paulo: Cortez, 1989.

SANT’ANA, Raquel Santos. O desafio do projeto ético – político do serviço social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 62. São Paulo: Cortez, 2000

SANTOS, Josiane Soares. Notas Críticas sobre as relações entre a concepção de cidadania pós-moderna e o Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 78. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Repensando os instrumentais em Serviço Social. In. **Texto de Teoria e Prática de Serviço Social**. Estágio em Serviço Social na UFPA. Belém/PA: UFPA, 2005.

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar**: políticas e programas de alimentação e nutrição. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em 05/10/2008.

SILVA, José Graziano. O combate à fome no Brasil. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminho para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

TEODÓSIO, A.S.S. Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. In: **Memorias del IV Congreso Latinoamericano de ética, Negócio Y Economía** - La ética em gestión pública y privada: fortalezas Y debilidades. Buenos Aires: Associação Latinoamericana de Ética, Negócios e Economia / Universidade Argentina de La Empresa, 26-27 de julho de 2001.

TUBINO, José. A contribuição da FAO para combater à fome. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminho para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Fome, desnutrição e cidadania**: inclusão social e direitos humanos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em 21/10/2008.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio, **Bolsa Família**: avanços e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90**: a refilantropização da questão social. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Fome Zero**: uma política social em questão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em 10/01/2009

\_\_\_\_\_. As Ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 77. São Paulo: Cortez, 2004.

## **ANEXOS**